



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 112

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 271ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Contrato assinado pelo Governador Franco Montoro que garante o prosseguimento das obras do metrô na linha leste-oeste, em São Paulo.

DEPUTADO ODILON SALMORIA — Recebimento, pelo Sr. Caetano Chiuchetta, da Comenda do Mérito Cinquentenário.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Necessidade da rejeição de veto presidencial a projeto que estabelece royalties da exploração de petróleo na plataforma continental.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Defesa da rejeição da matéria constante da Ordem do Dia da sessão conjunta de hoje à noite, do Congresso Nacional. Índice de desemprego no País.

DEPUTADO JORGE CARONE — Considerações sobre notícias de um possível fechamento político.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Reunião do Consórcio para o desenvolvimento integrado do Vale do Paraíba, realizado na Cidade de Miguel Pereira — RJ.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Manifesto do Comitê Sergipano Pró-Tancredo.

DEPUTADO JACQUES D'ORNELLAS — 2º ano de invasão de Sabra e Chatila, em Beirute.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Encontros com autoridades governamentais, visando a reintegração de operários que foram demitidos da Indústria de Mineração — COPELMI.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA — Considerações sobre o comportamento do Deputado Jorge Carone na sessão noturna do Congresso Nacional, realizada sexta-feira última.

DEPUTADO JORGE CARONE, para uma explicação pessoal — Resposta ao discurso do Sr. Joacil Pereira.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA, como Líder — Apelo aos Srs. Congressistas no sentido de rejeitarem veto presidencial que será examinado hoje, em sessão noturna do Congresso Nacional.

1.2.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Joacil Pereira e respondida pela Presidência, relativa a expressões usadas pelo Sr. Jorge Carone em discurso pronunciado na presente sessão.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matérias que menciona.

1.2.4 — Pronunciamento de Liderança

DEPUTADO HÉLIO DUQUE — V Simpósio Internacional do Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social — ILDES.

1.2.5 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Jorge Carone e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 272ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1984

2.2.1 — Discursos do Expediente

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA — Importância, para o Nordeste, do projeto patrocinado pela TV Globo, denominado "Nordestinos, o Brasil em Busca de Soluções".

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Notícia do jornal *O Globo* referente à participação do Sr. José Maria Villar de Queiroz, envolvido no Relatório Saraiwa, na coordenação da candidatura do Sr. Paulo Maluf.

DEPUTADOS JOSÉ FREJAT, GUSTAVO FARIA, LEÔNIDAS SAMPAIO, SEBASTIÃO NERY e JOSÉ EUDES — Defesa da rejeição do veto presidencial ao projeto de lei que determina o pagamento de royalties aos Estados e Municípios produtores de petróleo em sua plataforma submarina, objeto da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Contrato assinado pelo Governador Franco Montoro visando o prosseguimento das obras do Metrô, linha Leste-Oeste, da Barra Funda até Itaquera.

DEPUTADOS JACKSON BARRETO, STÉLIO DIAS, SÉRGIO LOMBA e CELSO PEÇANHA, como Líder do PTB, **BRANDÃO MONTEIRO**, como Líder do PDT, **HÉLIO DUQUE**, como Líder do PMDB, **AIRTON SOARES**, como Líder do PT e **SENADOR NELSON CARNEIRO**, como Líder do PTB — Considerações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 62/83 (nº 149/75, na Casa de origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Pe-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOÍSIO BARBOÇA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

tróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Lúcio Alcântara, Wilmar Palis, Bocayuva Cunha, Antônio Câmara e Antônio Florêncio, ficando sua votação marcada para o próximo dia 26 do corrente, às 19 horas.

2.4 — QUESTÃO DE ORDEM

— Suscitada pelo Sr. Jackson Barreto e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.6 — ENCERRAMENTO.

3 — ATA DA 273ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Hélio Duque e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 271ª Sessão Conjunta, em 18 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leonidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João

Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Milton Brandão — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Furtado Leite — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Eraldo Tinoco — PDS; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Pecanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Márcio Santilli — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cassido Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugoardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Às listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 162 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No dia 31 de agosto próximo passado, um sábado, o Governador Franco Montoro e seus Secretários Almino Afonso e José Serra assinaram um ato público, realizado no canteiro de obras do Metrô, no pátio de Itaquera, contrato no valor de 65 bilhões de cruzeiros, para que se garanta o prosseguimento das obras da linha Leste-Oeste, da Barra Funda até Itaquera, aliás, já reiniciadas.

Após ouvir exposição técnica sobre o cronograma dos trabalhos a serem executados nesse trecho, cuja conclusão está prevista para 1987, e após o ato físico da assinatura do contrato, o ilustre Governador do Estado de São Paulo, na presença daquelas outras autoridades, de técnicos e de grande público, frisou alguns aspectos altamente positivos desse novo empreendimento:

— a conclusão da Linha Leste-Oeste do Metrô beneficiará uma população de mais de 3 milhões e 500 mil pessoas, sendo que serão transportados por dia 1 milhão e 200 mil passageiros;

— as obras já em andamento gerarão 50 mil empregos diretos e indiretos nas áreas de projeto, obras, fabricação e montagem de equipamentos, sendo que só o pátio de Itaquera criará cerca de mil empregos para técnicos especializados em sistema metroviário;

— até 1987, estão previstos nessa linha investimentos da ordem de 441 bilhões e 200 milhões de cruzeiros (a preços de dezembro de 1983).

Ao registrar esse auspicioso acontecimento, Sr. Presidente, ressaltando a participação especial nesse projeto do Secretário dos Negócios Metropolitanos do Governo Democrático de São Paulo, Almino Afonso, quero lembrar aqui que no Governo Montoro foram concluídas as estações do Metrô de São Paulo do Anhangabaú e Santa Cecília (tendo já sido liberado trecho da Rua das Palmeiras depois de 5 anos de obras, com reurbanização desde o cruzamento da Alameda Nothmann até a Avenida Angélica), estendendo-se o total da Linha Leste-Oeste até agora (no final serão 24 quilômetros de extensão) para 9,6 quilômetros do Tatuapé a Santa Cecília, por onde circulam já hoje 450 mil pessoas por dia.

O povo está, realmente, tendo prioridade absoluta no Governo Democrático de Franco Montoro, e o nosso Partido mais uma vez se rejubila com o acerto da escolha do grande ex-Senador, conduzido ao Palácio dos Bandeirantes por consagrada votação popular de mais de cinco milhões de votos.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Odilon Salmoria.

O SR. ODILON SALMORIA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Minha presença neste Plenário tem por única finalidade prestar simples mas justa homenagem ao ilustre cidadão que acaba de receber a Comenda do Mérito Cinquentenário, concedida pela Prefeitura Municipal de Concórdia, no Estado de Santa Catarina. Refiro-me ao Sr. Caetano Chiuchetta.

Homem dinâmico e de luta que, aos 23 anos de idade, procedente de Erechin, Rio Grande do Sul, chegava para ficar, em Concórdia, em janeiro de 1925.

Tornou-se o primeiro padeiro em Concórdia e em pouco tempo tornou-se comerciante.

A prosperidade foi uma constante em sua vida.

Casou-se com Itália Fontana em 1930. Da união nasceram seis filhos. Uma feliz união que já atinge 54 anos de luta, de paz e amor.

Hoje, aos 84 anos, o respeitável Caetano Chiuchetta, de memória privilegiada e de invejável saúde, é visto constantemente nas ruas e praças de Concórdia, onde se encontra com amigos para recordar um passado distante e repleto de êxitos.

Concórdia, ao completar cinquenta anos, não poderia deixar de prestar sua homenagem aos seus principais pioneiros, entre eles, Caetano Chiuchetta.

Permito-me transcrever alguns tópicos do Editorial do jornal de Concórdia, referente ao cinquentenário do próspero Município, nos quais destaca a atuação de homens intrépidos e lutadores.

“E é Concórdia, dos pioneiros da colonização, do comércio, da agricultura e da indústria, que alcança o estágio maduro dos cinquenta anos. É Concórdia da avançada pesquisa do minifúndio altamente produtivo, é Concórdia dos alemães, dos italianos e dos poloneses que por algum instante se olha no espelho, ajeita a maquiagem e segue em frente.”

“Como é importante àquela cidade parar por alguns minutos e reconhecer que o passado foi feito por homens tão dignos quanto os do presente.”

Como é importante para o Município desenvolvido, olhar para o rosto sereno e vivo de um Caetano Chiu-chetta.

Participou intensamente no período de colonização e do progresso de Concórdia e é personalidade historicamente identificada com todos os fatos importantes até mesmo os mais pitorescos do Município.

Por todos esses motivos é que, deste Plenário, desejo congratular-me com as justas homenagens prestadas ao Sr. Caetano Chiuchetta e outros ilustres pioneiros daquela Comuna.

Estou certo de que os homens de hoje têm a convicção de que nada veio de graça, pois tudo tem explicação. O passado de Caetano é uma prova de luta e conquista.

É um exemplo para todos os concordienses.

Encerro este meu discurso pedindo que conste dos Anais desta Casa a homenagem que ora presto a este grande benfeitor de Concórdia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Reúne-se hoje o Congresso Nacional para logo mais apreciar o veto ao projeto que determina o pagamento da parte da PETROBRÁS, aos royalties da Plataforma Continental aos Estados e Municípios brasileiros.

Mais uma vez, o Congresso terá a oportunidade de tomar uma decisão que implica, entre outras coisas, a devolução das nossas prerrogativas. Vai inclusive corrigir um equívoco constitucional posto que a Assessoria da Presidência da República resolveu aceitar argumentos improcedentes da área da PETROBRÁS e do Conselho Nacional de Petróleo. Cabe-nos, então, nesta oportunidade, cumprindo o dever de representantes de Estados legitimamente interessados em que a PETROBRÁS volte a se identificar com suas origens, volte a trabalhar em benefício do progresso do Brasil, e não de seus acionistas ou da divisão de interesses dos Srs. Diretores, o que não corresponde ao desejo da sociedade brasileira.

Desejamos todos nós que, neste instante, o Congresso Nacional, acima das fronteiras partidárias, se situe, se posicione efetivamente em favor de uma causa que não é apenas dos Estados que têm compromissos com as plataformas continentais, dando-lhes a oportunidade de apoio em terra, como também em toda sua infraestrutura, para atender o bem-estar social das suas famílias. Isso representa a necessidade de que esta participação seja ampliada para que os Estados possam realizar investimentos em obras de infra-estrutura, o que vai corresponder também aos desejos que nós todos temos defendidos e que a sociedade reclama, que é o da redistribuição de renda, a qual também inclui as empresas estatais, as empresas que têm o respaldo da sociedade brasileira.

Deixo, então aqui, Sr. Presidente, o registro, na certeza de que o Congresso Nacional saberá decidir, soberanamente, em torno da derrubada dos vetos dos royalties da plataforma continental. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Parlamento hoje à noite apreciará veto do Senhor Presidente da República ao projeto que estabelece os royalties da exploração do petróleo na plataforma submarina.

Não precisaria nem acrescentar mais alguma coisa ao que já foi dito, senão a tragédia de Macaé, onde dezenas de trabalhadores morreram, outros foram sacrificados, ficaram traumatizados, ou foram feridos naquele aciden-

te ali ocorrido, o que mostra como ficou sobrecarregada a estrutura hospitalar, administrativa, de segurança de Macaé, com a existência daquela plataforma submarina para exploração do petróleo.

É claro que a lei, naquela época, não podia calcular a exploração do petróleo no mar, por isso estamos fazendo esta lei estabelecendo a participação dos Estados.

Deve ser, portanto, rejeitado o veto do Senhor Presidente da República para equilibrar a contrapartida da depredação que a exploração do petróleo provoca nos Estados.

Quero trazer outro assunto ao conhecimento da Casa, Sr. Presidente: a gravidade do desemprego! A classe dominante do nosso País, a classe dirigente, a classe econômica que domina o País — e digo que no regime capitalista é o regime da ditadura da classe dominante, a ditadura da classe rica — essa classe transformou o País, os Estados e os Municípios numa fazenda particular a serviço desses setores econômicos. Estamos vendo a gravidade desse problema de desemprego no Brasil sem que nenhuma providência seja tomada pelas autoridades federais ligadas ao assunto.

Quanto ao empréstimo de 90 ou 100 bilhões de dólares, o que fez este em benefício do povo brasileiro? Qual a melhoria da qualidade de vida, das condições de vida do povo brasileiro, com um empréstimo de 100 bilhões de dólares? Para onde foram esses 100 bilhões de dólares? Para os grandes empresários mostrando que o Estado está voltado apenas para servir a uma minoria que é dona deste País, desde que o mesmo foi descoberto ou desde que o Brasil tornou-se independente!

Nós precisamos transformar, dando uma nova face ao poder neste País, para que o Governo veja os que trabalham, os que constroem a nossa terra. O problema do desemprego neste País é gravíssimo; há chefes de família aos milhões desempregados neste País, sem condição de se empregarem, de obterem um numerário para comprar alimento de seus filhos, para pagar o aluguel da sua casa, para pagar a anuidade, para comprar roupas. E o que fazem as autoridades deste País? Absolutamente nada! Continuam com a mesma política recessiva em que se beneficiam os especuladores do open market, do mercado financeiro, fazendo fechar as fábricas e os empreendimentos industriais para aplicação no open market, no mercado financeiro, na bolsa, uma especulação totalmente improdutiva que não realiza nada neste País, e que é beneficiada pela legislação do Banco Central.

É isso que precisamos ver, para acabar com essa situação de dramaticidade, que a tragédia que vem sendo suportada pelos chefes de família deste País, pelos trabalhadores, com o achatamento salarial, com a política de entrega do Brasil aos interesses da classe dirigente, dos grupos econômicos nacionais e internacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE PROMUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Realizou-se no dia 4 de julho, mais uma reunião do CODIVAP — “Consórcio para o Desenvolvimento integrado do Vale do Paraíba”, na aprazível cidade de Miguel Pereira.

Estavam presentes os prefeitos dos Municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Miguel Pereira (anfitrião), Vassouras, Rio Claro, Três Rios, Rio das Flores, Paraíba do Sul e representante do Prefeito de Men-

des. Abrindo os trabalhos, falou o Prefeito de Volta Redonda, Sr. Benevenuto dos Santos Neto, que saudou a todos e agradeceu as suas presenças. Em seguida falou o Cel. Dylson dos Santos, Expondo o que foi realizado entre a última reunião realizada em Rio Claro e a atual. Disse que estava programando uma viagem à Brasília para ativar recursos e concretizar a criação da patrulha rodoviária para servir aos municípios que compõem o CODIVAP.

O prof. Luiz Amaral, Prefeito de Barra Mansa, falou da necessidade de um levantamento AEROFOTOGRAFOMÉTRICOS dos municípios da área do CODIVAP, para que todo plano de obra possa ser feito integralmente.

O Prefeito de Vassouras lembrou a necessidade premente de ser asfaltada a estrada que liga Governador Portela à Miguel Pereira — 32 Kilômetros. Em 1983, já houve solicitação de verba para que fosse executado este asfaltamento no ano seguinte, 1984. Mas, segundo informações, houve um corte de verba do DER de aproximadamente 15 bilhões de cruzeiros e mais uma vez foi prejudicado este pequeno trecho de tamanha importância para a Economia Fluminense.

O Prefeito de Resende, Sr. Noel de Oliveira, acha que o novo pedido ao Governador, deve ser feito por todos os prefeitos, como obra prioritária a ser executada em seu Governo e representado pelo CODIVAP. Ainda com a palavra, o Prefeito de Resende falou sobre 6 Kilômetros de um riacho que deve ser canalizado e está a cargo do Ministério do interior e que espera ajuda do CODIVASP, para conseguir daquele Ministério, uma solução rápida para o assunto.

O Prefeito de Rio Claro, disse da importância para seu município e outros do sul do Estado, a estrada que deve ser construída, ligando Getulândia à Rodovia Presidente Dutra. Disse que o Dr. Ubirajara Diniz, prometeu a execução do projeto final da estrada, sem o qual não será possível o apoio do Estado ou até verbas municipais.

Novamente usou da palavra o prefeito de Barra Mansa, Prof. Luiz Amaral, para enfatizar a importância do levantamento AEROFOTOGRAFOMÉTRICO para efeito de conseguir financiamento para os projetos integrados que devem nortear as diretrizes do CODIVAP. Falou também sobre a poluição do Rio Paraíba do Sul e da responsabilidade do Governo Federal, com a sua manutenção em condições de dar às cidades que vivem às suas margens, vida útil pela importância fundamental para a economia nacional. Lembrou também da importância para o Estado do Rio de Janeiro, do pagamento pelo CNP dos Royalties do petróleo extraído da bacia continental, já que os municípios até agora, só têm absorvido os Onus destas riquezas extraídas em suas costas marítimas.

O Prefeito de Vassouras, reclamou da paralização das obras da ponte que liga, Patí à Avelar, que estão com suas cabeceiras prontas e paradas há mais de um ano o andamento do restante da obra.

O Prefeito de Três Rios, Sr. Samir Nasser, pediu o prosseguimento do saneamento do Rio Paraíba, no seu município, via Ministério do Interior, agora paralizado pelo término do contrato que existia com o município. Falou também sobre a integração no sul do estado de retransmissão das imagens de TV. Aproveitou para alertar os presentes de que Órgãos Federais, como a REDE FERROVIÁRIA FEDERAL, DNER, LIGHT ETC, já têm levantamentos AEROFOTOGRAFOMÉTRICOS de toda nossa região e que o CODIVAP, poderia entrar em entendimento com tais Órgãos e conseguir, para as Prefeituras, cópias, não necessitando novos, que são muito caros.

O Dr. Armando Mendes, Presidente da FEEMA, falou também sobre o Rio Paraíba, que hoje é conhecido pelos técnicos do assunto, como um dos mais poluídos. Segundo informou, o Decreto 27.561, exige do Governo Federal, toda atenção com esse rio, devido a sua grande importância estratégica para a nossa economia. Infor-

mou também que a ELETROBRÁS, tem um levantamento sobre o Rio e que custou uma fortuna. Disse que existem acordos da ELETROBRÁS com a CEIVAP, que até hoje não foram cumpridos e que é de grande interesse a sua conclusão.

O Dr. José Rômulo, Presidente Do SEDAI, falou sobre diversos convênios celebrados com municípios da região, como Vassouras, Rio Claro, Paraíba do Sul, Miguel Pereira, Areal, que chegam a 350 milhões de cruzeiros; que o seu órgão matém convênio com 54 municípios do Estado e que nesta região está sendo feito investimento que hoje representam 25% do seu orçamento.

O Sr. Secretário de Planejamento do Estado, falou sobre problemas ambientais: Lixo, água, drenagens, poluição, mas que, infelizmente, problemas políticos, estão, discriminando o nosso estado; Do PLANAZA, BNH, recebeu 25 Bilhões de cruzeiros, quando as necessidades reais, são de 150 Bilhões; que, contratos assinados com o BNH. E mesmo os de projetos já prontos, não tem recebido os aportes financeiros e que os problemas políticos vem prejudicando muito o Estado. Considero o Planaza um fracasso comprovado, pois, para conseguir verbas, é necessário ter muito "BOM RELACIONAMENTO" na área federal e, portanto, não atende as necessidades reais dos Municípios. Reconhece que alguns convênios são draconianos, mas está pronto e aberto para uma revisão. Acha que deve haver no seu conselho, representantes dos empregados e das Prefeituras.

Sr. Presidente, esta foi, em síntese, o resultado da 10ª reunião do Codivap, que deverá reunir-se novamente no próximo dia 12 de setembro, no Município de Rio das Flores, onde novamente serão levantados os problemas da região e o que de positivo foi conseguido durante o período entre uma reunião e outra:

Tenho comparecido a todas as reuniões do Codivap, pois considero importante para um representante do povo no Congresso Nacional, saber das dificuldades por que passam os municípios, principalmente, os do sul do Estado, região a que pertencem.

O que posso observar é que as dificuldades dos municípios são cada dia maiores e não será possível continuar administrando problemas cada vez mais complexos, com recursos a cada dia mais minguados. Urge uma reforma de base na nossa política econômica, para trazer mais recursos para os municípios, sob pena de um grande colapso, atingir toda nossa sociedade que vive no interior do País.

Muito obrigado aos Srs. Congressistas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Registro, com muito prazer, o manifesto que o Comitê pró-Tancredo Neves do Estado de Sergipe começou a distribuir na Capital do nosso Estado, no dia de ontem, convocando o povo para a instalação do Comitê que será realizado no dia 5 de outubro.

É o seguinte o teor do manifesto do Comitê Sergipano Pró-Tancredo Neves:

"No dia 05 de outubro, a exemplo de outros Estados, Sergipe instalará o comitê pró-candidatura Tancredo Neves.

Dessa forma, os sergipanos se unem a todo o povo brasileiro, dando prosseguimento a essa caminhada cívica para o restabelecimento pleno e definitivo da democracia.

É hora da verdade, de dizer basta à minoria palaciana de Brasília que pretende através do indesejável Paulo Maluf manter-se por mais seis anos no poder. É tempo do povo como fez na campanha das diretas, ir para as ruas deixar claro para a Nação não mais aceitar um governo espúrio, que, desrespeitan-

do a soberania nacional, submete vergonhosamente a Pátria aos interesses dos grupos internacionais.

É hora de apontar, nas ruas e nas praças os malufistas, os políticos de consciências duvidosas, traidores do povo, que pensam mais em suas contas bancárias do que nos legítimos interesses do nosso País.

É hora da articulação definitiva da grande Frente Nacional em prol da eleição de Tancredo Neves, que irá impedir que o Brasil seja assaltado pelo malufismo corrupto e fascista.

O Brasil quer Tancredo para ter eleições livres e diretas, Assembléia Nacional Constituinte, livre organização partidária, liberdade e autonomia sindical, volta do crescimento econômico, renegociação da dívida externa, reforma do BNH e da Previdência Social, programa de emergência contra a miséria, a fome e o desemprego.

O Brasil quer Tancredo Neves para restaurar a dignidade pública, o respeito aos cidadãos e o pleno restabelecimento da democracia.

Por isso é que estamos organizando o comitê pró-candidatura de Tancredo Neves e convocamos a todos os sergipanos para comparecerem a esse ato cívico na Assembléia Legislativa, no dia 5 de outubro, às 20 horas

Estarão presentes diversas personalidades democráticas da vida nacional e do Estado.

Viva o Brasil! Viva a democracia!"

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há dois anos, as tropas de ocupação israelense, com o apoio do imperialismo norteamericano, brindavam a humanidade com cenas de horror e brutalidade indescritíveis: os massacres de **Sabra** e **Chatila**. Milhares de seres humanos indefesos foram abatidos com requintes de crueldade naqueles dois acampamentos de refugiados palestinos, em Beirute.

Os dias 16, 17 e 18 de setembro de 1982, ficarão eternamente gravados na História como uma de suas páginas mais trágicas.

Como descrever as cenas em que os filhos eram cruelmente executados diante dos pais?

Como descrever a morte dos pais diante dos filhos?

Como descrever alguém que diz pertencer ao gênero humano, narrando suas proezas durante os assassinatos de famílias inteiras, relatando com detalhes os apelos desesperados de suas vítimas para que fossem poupadas?

Mas o trágico nisso tudo é que o horror de **Sabra** e **Chatila** não foi o primeiro e, lamentavelmente, não será o último dos massacres perpetrados contra o povo palestino.

Sabra e **Chatila** não aconteceram por acidente ou casualidade, assim como também não foi por casualidade ou acidente o massacre de **Deir Yassin**. Em **Deir Yassin**, Menahem Beguin, então líder da organização terrorista **Irgun**, disse que o massacre tinha a finalidade de causar pânico entre os palestinos e com isso induzi-los à fuga.

E o que mudou de **Sabra** e **Chatila** até hoje?

Para os palestinos, absolutamente nada. Se é verdade que hoje seus filhos não são degolados como o foram há dois anos atrás, o seu sofrimento, no entanto, não é menor.

Até hoje seus direitos não são reconhecidos e eles continuam exilados em sua pátria, vítimas do sionismo e do imperialismo. Os palestinos são considerados cidadãos

de segunda categoria em "Israel". São discriminados no trabalho, nas escolas e em suas cidades.

No trabalho, um operário palestino ganha exatamente a metade do que ganha um trabalhador israelense, fazendo o mesmo serviço. Isto, para não citarmos a exploração da mão-de-obra infantil. Uma criança palestina se vê forçada pelo sionismo a trabalhar a partir dos 10 anos de idade. Ela faz o mesmo serviço de um adulto e ganha apenas 10% do salário de um trabalhador palestino que, por sua vez, ganha a metade do que ganha um israelense.

Nas escolas, a brutalidade não é menor, a começar pelo currículo, onde toda a História e a Geografia da região foram deturpadas. Esta deturpação faz parte de um minucioso plano dos sionistas para apagar da memória as raízes da cultura palestina. Ao invés do árabe, ensina-se o hebraico; ao invés da história da Palestina milenar e bíblica, ensina-se a história de "Israel".

As aulas de Geografia são ilustradas com um mapa de "Israel" sem fronteiras fixas. Ao lado disso tudo, é importante ressaltar as inúmeras dificuldades que as autoridades de ocupação criam aos estudantes palestinos, para que não ingressem nas escolas.

Nas cidades e aldeias palestinas vigora um eterno toque de recolher. Os habitantes são proibidos de circular livremente e muitas vezes são proibidos até de visitar os vizinhos. Os castigos coletivos são comuns, a começar pelo corte de água e energia elétrica, até a proibição de comprar remédios para os doentes, alimentos, tudo isso numa tentativa de forçá-los a abandonar suas terras.

E isto tem acontecido sistematicamente, a partir do número crescente de colônias que diariamente são erguidas sob os escombros de lares palestinos.

Estas colônias servem geralmente para abrigar apátridas dos Estados Unidos, União Soviética, Polônia, França etc., cuja única identidade com a região é o fato de se dizerem judeus. A grande maioria desses novos habitantes da Palestina é de elementos desajustados.

E mais: muitos deles foram condenados em seus países de origem e hoje se abrigam sob a bandeira de "Israel". Alguns exemplos: Meir Lanski, mundialmente conhecido pelo tráfico de drogas, condenado em várias nações, inclusive na Bolívia; rabino Meir Kanhane, ex-bôina verde. Os crimes praticados por ele no Vietnã tornaram sua vida insuportável nos Estados Unidos, obrigando-o a mudar-se para "Israel". E hoje, depois de eleito deputado nas últimas eleições, prega o extermínio do povo palestino.

Finalmente, Michel Franck, traficante de tóxico e condenado no Brasil pelo assassinato da jovem Cláudia Lessin Rodrigues. Depois de fugir do Brasil foi recebido em Israel com honras de chefe de Estado porque deu ao governo israelense 3 milhões de dólares para serem distribuídos entre os soldados que ocupam o Líbano.

Esta ocupação se faz presente também na Síria e Cisjordânia.

Até quando?

Até quando "Israel" continuará tripudiando sobre o povo sírio, ocupando as Colinas de Golan, num total desrespeito às resoluções da ONU?

Até quando "Israel" continuará subjulgando a Cisjordânia, cuja população, apesar da repressão, continua resistindo heroicamente?

Até quando, "Israel" continuará ocupando impunemente o Líbano?

Até quando a humanidade permanecerá impassível diante de tantas atrocidades praticadas por "Israel", que insiste em aplicar uma política de negação da realidade?

Quantas **Sabras** e **Chatilas** serão necessárias ainda, para que "Israel" entenda que o povo palestino jamais será exterminado?

Quantas **Sabras** e **Chatilas** serão ainda necessárias para que o povo palestino recupere sua pátria?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem às 17 horas, estivemos em audiência com o Ministro Leitão de Abreu, juntamente com uma representação política da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e mais uma representação sindical, pleiteando a reintegração de quatrocentos e cinquenta e dois operários que foram demitidos da Indústria de Mineração COPELMI. Isto criou um problema social de tamanha envergadura, ao ponto dessas famílias praticamente estarem passando fome.

Hoje à tarde teremos audiência com o Ministro César Cals, exatamente o Ministro responsável pelo setor de mineração, e queremos deixar claro neste Plenário e a todos os Srs. Parlamentares que este caso não é o primeiro e nem será o último neste regime de achatamento salarial, de desemprego, que vive o Brasil.

É urgente, portanto, que nós políticos comecemos a pensar na gravidade do assunto, quando mais de 10% da população ativa do Brasil está desempregada. Por isto queremos, em nome do nosso partido, em nosso nome pessoal, protestar em público e recomendar que o futuro Presidente da República, que será da Oposição, já vá se preparando com medidas recuperadoras deste setor, inclusive — quem sabe? — até criando o seguro-desemprego para esta centena de milhares de irmãos nossos que vivem socialmente marginalizados e que estão vivendo pior do que os animais, sem ter o que comer, sem ter o que dar para os seus filhos.

Portanto, hoje, às 17 horas, juntamente com essa Comissão Parlamentar da Assembléia Legislativa, que traz o Deputado Dilamar Machado, como Líder do PDT, nós estaremos no gabinete do Sr. Ministro César Cals buscando uma medida paliativa, urgente, urgentíssima, para 452 mineiros que estão desempregados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Jorge Carone — Sr. Presidente, citado nominalmente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra a V. Ex^a, para uma explicação pessoal.

O SR. JORGE CARONE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Celso Peçanha — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O Sr. Joacil Pereira — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha, para uma comunicação de Liderança.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB. RJ. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas, como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, informar a todos os parlamentares, Srs. Deputados e Srs. Senadores, que hoje, às 18 horas e 30 minutos, nós vamos examinar o veto do Presidente da República ao Decreto-Lei 149-F-75. Sr. Presidente,

trata-se do problema do petróleo, dos royalties. Os Estados produtores e mais interessados na matéria são o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Bahia. Aqui estão Vereadores que vieram de Macaé: Marilena Garcia, Ruiz Sergio, Oscar Pires, Alvaír Benjamin e Augusto; de Campos: Hermeny Coutinho, Benedito Marques, Roberto Ribeiro, Fábio Ferraz, Aduauto Gomes; de São João da Barra: Amaro Bomgosto, Cláudio Márcio Gomes Martins. Possivelmente outros vereadores chegarão ainda, todos lutando pela rejeição do veto.

Sr. Presidente, quero convocar a Bancada do PDS, para que numa atitude firme e corajosa venha rejeitar esse veto do Senhor Presidente da República. Ele não tem nenhuma razão de ser, não se baseia no espírito constitucional nem no interesse público. Eu creio que é hora de todos os partidos se unirem e rejeitem esse veto. Eu sei que os Líderes dos demais partidos estão convocando os seus Deputados e eu quero convocar, também, os Srs. Senadores, como tem feito o nobre Senador Nelson Carneiro, pois nós estaremos distribuindo melhor os recursos da União, se nós rejeitarmos este veto presidencial. Os recursos correrão para os Estados e para os municípios, e nós estaremos beneficiando aquelas regiões que têm na sua plataforma marítima o trabalho da PETROBRÁS, perfurando e trazendo petróleo para a riqueza nacional. Eu sou da zona de Campos, a zona que mais produz petróleo. Na verdade, Campos é chamada a capital do petróleo, mas não recebe nada da PETROBRÁS, nenhum recurso; Macaé — uma cidade que está crescendo, trabalhando, lutando através do seu Prefeito, dos seus Vereadores, enfim, de todos os seguimentos sociais e políticos pelo seu desenvolvimento e ela está apenas inchando demograficamente, porque não recebe nenhum auxílio da PETROBRÁS.

Sr. Presidente, eu convoco esta Casa, o Congresso Nacional, para hoje, às 18 horas e 30 minutos, rejeitarmos o veto presidencial apostado àquele projeto de lei que tramitou por esta Casa, de autoria do Deputado Geraldo Bulhões, que recebeu o apoio de todos os Deputados, recebeu o apoio de todos os Senadores e deve receber o apoio, agora, na rejeição do veto. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Eu peço permissão ao nobre Deputado, para conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Joacil Pereira, que já me havia solicitado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência tomará as providências regimentais cabíveis.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação ao projeto que logo mais será vetado — na sessão do Congresso, às 18 horas e 30 minutos — gostaria de dizer que, lamentavelmente, por um problema clínico deverei viajar para o Rio de Janeiro e estarei ausente. Espero, no entanto que o meu voto não seja decisivo, para que não ocorra logo mais este benefício para os Estados

produtores de petróleo. Lamentavelmente estarei ausente devido a um problema clínico.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência comunica que, não tendo sido apreciadas no prazo estabelecido no § 1º do Art. 55 da Constituição, as Mensagens Presidenciais nºs 61 e 62, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.111 e 2.112, de 1984, serão incluídas em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque, como Líder do PMDB.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O direito ao trabalho é a única riqueza dos que nada têm. Hoje, neste País, a questão do desemprego assume proporções de calamidade pública e, diria muito mais; de verdadeiro genocídio social!

E foi neste sentido, Sr. Presidente, que no último final de semana, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, o ILDES, que é o Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão que o Brasil representa a Fundação Frederick Herberth da Social Democracia da Alemanha Ocidental, e do qual temos a satisfação, juntamente com os Senadores Roberto Saturnino Braga, Fernando Henrique Cardoso, e nesta Casa, ao lado do Deputado Fernando Lyra, de integrar o seu Conselho Consultivo neste País, realizamos o V Simpósio Internacional, dentro do diálogo Brasil-Europa. Naquela oportunidade, Sr. Presidente, a classe política brasileira, através de parlamentares de todos os Partidos, do Governo e da Oposição; de administradores públicos de diferentes Governos Estaduais de PDT, de PMDB e de PDS; de representantes do Ministério do Trabalho, no decorrer de quatro dias, com a presença de representantes da França, da Alemanha Ocidental, da Espanha, de Portugal e da Itália, foi desenvolvida aquela que, sem dúvida, foi até hoje a mais importante reunião, reconhecida por todos os brasileiros presentes, onde as questões do desemprego e algumas alternativas viáveis a curto prazo para se enfrentar essa realidade, foram discutidas com amplitude e com a participação de um espírito patriótico que uniu a todos nós.

Os testemunhos trazidos pelos representantes dos partidos sociais democratas da Europa, operaram como mecanismo extremamente valioso para que este País reverta e perversidade da sua política social e tenha no fundamento da busca do emprego, a solução maior para fazer face aos momentos dramáticos em que vivem os assalariados brasileiros.

É óbvio, Sr. Presidente, que sem a reativação da economia deste País; sem a renegociação soberana da dívida externa deste País, a nível de nação à nação; sem a alteração das prioridades de investimento neste País; sem o controle efetivo das altíssimas taxas de juros internacionais, mesmo a nível de mercado interno, não teremos condições de retomar o nosso processo de desenvolvimento, que hoje há de ser um ponto de união de todos, nesta Casa e nesta Nação.

O ILDES, Sr. Presidente, que no Brasil tem como Presidente Haus Krüger, procurou abrir esse legue de discussão onde, por exemplo — e veja V. Ex^a —, na Constituição de 1967, no seu art. 165, inciso XVI, se estabelece a necessidade de se regulamentar o seguro-desemprego neste País. Mas, ao invés do seguro-desemprego, o que tivemos foi o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que furtou a estabilidade do trabalhador, em relação aos seus empregos. Seguramente, muitos defendem a tese de

que a estabilidade era relativa. Mas, em todo o seu relativismo — a nível de 20% dos assalariados até o ano de 1966 — tinha no emprego uma fonte básica de permanente segurança para si e para a sua família. Esta foi uma conquista retirada dos assalariados brasileiros. E o seguro-desemprego que estabelece o art. 165, da Constituição vigente, até hoje regulamentado não foi.

Nós tivemos, Sr. Presidente, o testemunho, por exemplo, do Senador Carlos Chiarelli, um grande representante do Rio Grande do Sul, no qual demonstrou que somente nos últimos dois anos o custo de desemprego, neste País, significou, a valores de um ano atrás, 40 trilhões de cruzeiros em termos de prejuízo efetivo para a Nação pela desmobilização de sua força de trabalho.

Ora Sr. Presidente, o desemprego não é apenas uma questão social; ele tem um alto componente, também, dentro dos fundamentos econômicos, pelo aprofundamento da recessão que ele venha a determinar. E já ouvi, nesta Casa, argumentos deste tipo, “de que o seguro-desemprego seria algo altamente vultoso para este País”. Coube a um técnico do Ministério do Trabalho, um excelente profissional, o Dr. Jorge Jatobá, Secretário de Relações Trabalhistas do Ministério do Trabalho, demonstrar que um programa de seguro-desemprego, hoje, neste País, atingindo a faixa do salário mínimo e de 80% em relação aos ganhos de quem desempregado venha a ser, até a faixa de dois salários mínimos, seria um programa que custaria ao Brasil algo em torno de um bilhão e meio de dólares por ano.

Eu que participava desse painel, Sr. Presidente, fui forçado a formular os dados que aqui reapresento. Sabe V. Ex^a e a Casa, quanto, por exemplo, somente no valor das exportações de manufaturados, este País está dando de presente, praticamente, graciosamente, neste ano, para o chamado Crédito-Prêmio de Exportação? O equivalente a cinco bilhões e oitocentos milhões de dólares! Se nós fôssemos computar o que estamos pagando de juros da dívida externa teríamos oito anos e quatro meses de um programa de seguro-desemprego, dentro deste País, custeado sem a necessidade de buscar nenhum outro fundo.

Poderíamos utilizar apenas um ou dois por cento do imposto sobre Produtos Industrializados, que se concede com tanta benesse em relação ao mundo exportador de manufaturados, e neste instante em que o Brasil coleciona um superávit de 11 bilhões de dólares na sua exportação, quantia insuficiente para pagar o montante dos juros que a pirataria financeira internacional determina aos países do Terceiro Mundo, dos quais somos uma das principais vítimas, vamos verificar que esse superávit decorre de um presente de cinco bilhões e oitocentos milhões de dólares concedidos graciosamente — isto em 1984, porque em 1983 o presente foi de quatro bilhões e duzentos milhões de dólares!

Sr. Presidente, hoje o Ministro do Trabalho, Dr. Muriilo Macedo, que tem a seu lado profissionais da melhor embocadura técnica, da maior sensibilidade social, e da maior competência econômica, há alguns anos vem procurando que se regule o que preconiza o art. 165, inciso XVI, da Constituição vigente, que é a criação do seguro-desemprego. E através de uma formulação participacional tripartite, onde união, empregados e empregadores teriam uma parcela de formação de um fundo comum para fazer face — insisto, o seguro-desemprego não é solução — a uma saída, uma alternativa para os momentos de crises brutais como a que estamos vivendo.

É muito difícil de se entender isto num País como o Brasil, porque hoje quem vive de salário mínimo recebe o equivalente a apenas 40 dólares por mês.

Trago aqui para V. Ex^a o seguinte fato: hoje, dentro dos Estados Unidos — e nós não estamos querendo fazer comparação com diferentes realidades, mas são estes fatos que nos unem a todos, nós precisamos ter um nível de dimensão e de discussão efetiva, também nesta Casa, como o exemplo do encontro e do diálogo Brasil-Europa

que fizemos nos últimos quatro dias do último fim de semana, lá em Angra dos Reis — mas hoje, na realidade americana, um funcionário, um trabalhador, um assalariado que perceba 8 mil e 500 dólares por ano — e se fizermos uma ligeira conta aqui, na proporção de um dólar a dois mil cruzeiros apenas, já que o dólar está no paralelo a 2.800 cruzeiros e no oficial chegando aos 2.200 cruzeiros — nós iríamos encontrar um total de 17 milhões de cruzeiros, por ano. Vejam V. Ex^a, um funcionário que recebe 8.500 dólares, o que equivaleria, tomando-se o dólar a 2.000 cruzeiros, a 17 milhões de cruzeiros, o que perfazeria algo em torno de 1 milhão e 240 mil cruzeiros, por mês, a depender do número de dependentes que tenha esse funcionário, ele passa a ter direito ao chamado **stamp food**, ao selo alimento, como uma complementariedade salarial.

Agora, é triste, Excelência — e vamos pôr a culpa de responsabilidade individualmente, ela não é de V. Ex^a nem é minha, mas de toda uma estrutura que precisa reverter as prioridades tecnocráticas dos valores econômicos para a sensibilidade social. E neste país, que vem a ser os Estados Unidos, o seguro-desemprego atinge hoje uma margem de 65 semanas por ano.

Então, Sr. Presidente, o objetivo desta intervenção é de dizer, sem nenhum demérito para o Congresso Nacional, que sendo esta uma reunião do Congresso Nacional, onde o Senado e a Câmara se fazem presentes, é preciso que esses temas substantivos da realidade brasileira tenham presença aqui dentro.

Há dez dias, uma pesquisa realizada pela TV Bandeirantes, pelo jornal *A Gazeta Mercantil* e pela revista *Isto é*, comprova que as três principais preocupações dos brasileiros, que vivem hoje nas nove regiões metropolitanas eram: desemprego, inflação e dívida externa.

É óbvio que, para solucionar todas essas raízes, há a necessidade da mobilização da vontade política da Nação. Isto é um consenso entre nós. Mas é muito importante, também, que esta Casa se instrumentalize através dos seus representantes dos diversos segmentos partidários, a ter um corte de maior responsabilidade em relação aos problemas concretos deste País porque, Sr. Presidente, neste País, ao que tudo indica, mudanças substanciais irão ocorrer. Na plataforma dos dois candidatos que aí estão com a proposta de mudança é presente. Não estamos discutindo aqui a formulação dessas mudanças, mas é importante que nós, sobretudo políticos, e que é a parte final desta intervenção, nos descortinemos para a seguinte realidade: há neste País, hoje, uma estrutura que nascendo na vida brasileira, a partir de 1950, particularmente nas últimas duas décadas, assumiu um papel de transcendente valor e de ocupação dos espaços básicos deste País, entendendo-se como os únicos que estão com competência para administrar este País. Quero me referir a esta fauna nociva dos tecnocratas. Aqui, nesta Casa, tenho — não apenas neste, mas em outros mandatos também — criticado fortemente os tecnocratas oficiais. Mas, quero alertar aqui, sobretudo aos meus companheiros, colegas de Oposição, que a concepção da maioria dos tecnocratas, também dos nossos partidos, nada fica a dever à arrogância, à insensibilidade política, diria até ao desprezo a nós políticos, à insensibilidade social. A presença de tecnocratas neste País, tanto no Governo do PDS ou num Governo de Oposição, é importante porque são quadros técnicos que se prepararam com a responsabilidade de participação na administração pública deste País. Mas esta Nação não vai suportar isso, qualquer que seja a opção do nome vitorioso em relação ao próximo período presidencial, que espero, luto e torço para que seja o meu candidato, o Dr. Tancredo Neves.

Quero apenas dizer que nós políticos temos hoje uma necessidade muito grande de um reequipamento da estrutura desta Casa, porque nós políticos para os tecnocratas, tanto os oficiais como a maioria dos que se faz hoje presentes na luta das Oposições, nobre Líder, somos

considerados verdadeiros “Justos Veríssimos”. E isto a Nação não vai mais suportar, porque foi a arrogância, a onisciência dessa tecnoburocracia que aí está, a qual levou, também, grandemente, tendo uma responsabilidade enorme, para os momentos dramáticos que estamos vivendo.

No final deste meu pronunciamento quero que fique este alerta, para a necessidade, sim, da cooperação da classe política, vivendo militantemente e trabalhando harmoniosamente, tanto os do Governo, como os da Oposição, como este novo segmento, que é o da tecnoburocracia, e jamais permitir que a tecnoburocracia renasça com a força de impiedade que prevaleceu neste País, nestes últimos anos. Não me refiro, mais uma vez, aos tecnocratas apenas do oficialismo a que tanto tenho combatido, mas, também, às figuras de tecnocratas oniscientes que começam hoje a se fazer presentes dentro dos Governos de Oposição a nível de Estado e que, também, a nível de Nação fazem-se presente de modo amplo e permanente.

Sr. Presidente, concluo, para dizer que este encontro realizado sobre o patrocínio da Fundação Frederic Herbert, através do ILDIS, com a participação de todos esses segmentos políticos brasileiros, de todos os seus matices, comprometidos obviamente com a causa democrática, trouxe um testemunho de que, dentre outros pontos, o seguro-desemprego, hoje, tem neste País condições ideais para a sua criação, porque os instantes de crise são aqueles exatamente em que se podem formular aquelas alternativas que melhor convêm aos interesses da Nação.

E reafirmo aquilo que, no decorrer da nossa fala, dissemos, que nós, sobretudo parlamentares, temos a responsabilidade de, ungidos por este hóstia cívica, que quer o voto, lutarmos hoje para que esta e a outra Casa, o Senado da República e Câmara dos Deputados, instrumentalize-se como um corpo dinâmico um corpo presente, um corpo permanente. Não queremos que esta e a outra Casa se instrumentalizem pela criação de novos empregos de caráter fisiológico, mas que se instrumentalizem pela contratação de quadros técnicos, de assessores de nível. Sabemos que neste País há, ao lado do pacto tecnoburocrático-militar, que tanto infelicitou este País, uma realidade de uns novos rinocerontes que, com roupage ou de situação ou de oposição, hoje, querem se fazer presentes na vida brasileira num ato de desprezo brutal à atividade política que são tecnocratas. Se não tivermos a competência de limitá-los no seu raio de ação ou do Governo, que já padece há 20 anos e com a ação dos “delfins”, dos “galvêas” ou de outros mais e se nós, das Oposições, não tivermos esse cuidado e essa visão prospectiva, daqui a pouco estaremos fazendo com que renasçam, meu caro Deputado Denisar Arneiro, essas pessoas que precisam ser contidas na participação da luta de construção de um novo tempo, mas jamais como tuteladores da classe política ou tuteladores da Nação, como ocorreu ao longo desses últimos anos, neste País.

Agradeço a generosidade da excessividade de tempo que V. Ex^a me proporcionou. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Jorge Carone — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone, para uma questão de ordem.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não há número regimental de acordo com o art. 29, § 2º, do Regimento Comum.

Quero, respondendo também a uma questão de ordem, levantada pelo nobre Líder Joacil Pereira, dizer que pretendo, de todos os Deputados e Senadores que retirem a sua assinatura, tirar uma cópia da emenda constitucional e mandá-la para a imprensa e distribuí-la na zona eleitoral de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem fundamento a questão regimental levantada por V. Ex^a em relação ao quorum.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão do

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983 (nº 149/75, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que “dispõe sobre a Política Nacional de Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por

Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)

Ata da 272ª Sessão conjunta, em 18 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acaayaba — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagnér Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burity — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Gorgônio Neto — PDS;

Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brândão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Giulio Caruso — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruena — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco

Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS;

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cassido Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 282 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PDS — CE — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muitos foram os estudos já realizados sobre a realidade nordestina, muitas as propostas, poucas as soluções colocadas em prática. Dentro dessa preocupação da sociedade brasileira de estudar o Nordeste, de propor soluções, sobretudo soluções viáveis, quero destacar, na noite de hoje, o esforço da Rede Globo, que promoveu um amplo estudo, percorrendo com equipes das universidades nordestinas todo o nosso interior e as diferentes regiões geoeconômicas, em que se divide a Região, para o fim de elaborar um documento simples, singelo, mas extremamente elucidativo e cheio de propostas viáveis para a redenção daquela Região, consubstanciado no relatório de viagem ao sertão, elaborado pelas universidades federais do Nordeste, e que faz parte da segunda etapa do projeto "Nordestinos, o Brasil em Busca de Soluções", contemplando diagnósticos e soluções para os setores da educação, da saúde, da tecnologia agrícola, do crédito rural, das frentes de emergência e da acumulação de água.

Então, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, peço que esse documento chegue ao conhecimento das autoridades federais, para que muitas dessas propostas aqui relatadas e plenamente viáveis sejam aplicadas em favor do Nordeste brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Externa realizou, sob a coordenação do Deputado Alencar Furtado, um trabalho criterioso e profícuo. E da mesma forma teve, através do relatório do Deputado Sebastião Nery, conclusões contundentes que condenaram figuras eminentes desta República como responsáveis pelo crime do endividamento absoluto do povo brasileiro, chegando a 50% do nosso Produto Interno Bruto.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ao longo do amplo trabalho realizado pela CPI da Dívida Externa, um verdadeiro rol de denúncias foi desfiado pelos depoentes que lá compareceram. E, sem dúvida nenhuma, o Relatório Saraiva, que denuncia as práticas corruptivas e corruptoras do Ministro Delfim Netto, quando era Embaixador do Brasil na França, em 1976, constituíram uma peça exponencial dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero, aqui, dizer aos companheiros de Oposição, que agora estamos reunidos para tratar de derrubar o veto do Presidente da República ao direito que têm os Estados produtores de petróleo de receberem o pagamento de royalties. Quero também dizer aos companheiros que nenhum nome, em todo o inquérito, principalmente no que se refere ao Relatório Saraiva, nenhum nome foi mais citado, nenhum nome foi objeto de maiores referências, nenhum nome foi mais incriminado, mais envolvido nas denúncias do Relatório Saraiva do que um cidadão chamado José Maria Villar de Queiroz, Conselheiro Diplomático, que exercia suas atividades na Embaixada do Brasil, na França, na época em que lá estivera o Ministro Delfim Netto. Todas as testemunhas, todos os depoentes, todas as referências, todos os indícios, todas as evi-

dências apontavam em direção ao nome desse cidadão chamado José Maria Villar de Queiroz.

Agora, em último depoimento feito perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, reunida extraordinariamente, o Coronel Saraiva voltou a referir-se a esse cidadão, e voltou a fazer referências absolutamente desairosas e comprometedoras do seu comportamento. Pois bem, esse cidadão José Maria Villar de Queiroz, que deveria estar respondendo perante a barra dos tribunais, na verdade, ocupa hoje uma posição de destaque no panorama político brasileiro. Onde está agora o Sr. José Maria Villar de Queiroz? Nome tão citado, tão repetido, um nome tão permanente nas denúncias que foram feitas na CPI da Dívida Externa! O nome do Sr. José Maria Villar de Queiroz é citado, hoje, numa das colunas do jornal **O Globo**, como o responsável pela coordenação política comercial da campanha do Sr. Paulo Salim Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior. Fazendo soar a campainha.) — Lembro ao nobre orador que já se esgotou o tempo de que dispunha.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Trata-se de figura que foi objeto das veementes denúncias, homem que está no epicentro do processo de corrupção, que foi levado a efeito pelo Ministro Delfim Netto, na Embaixada do Brasil, na França. Pois bem, esse homem assume a responsabilidade da coordenação da candidatura do Sr. Paulo Salim Maluf.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a que este País está submetido, a que este País está entregue, nas garras de quem este País cairá, se sofrermos a desgraça de o Sr. Paulo Salim Maluf se transformar em Presidente da República.

Na verdade, esse cidadão que deveria responder pelos crimes de lesa-pátria, de lesa-interesse nacional, é hoje guindado a uma posição de destaque na campanha do Deputado Paulo Salim Maluf.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de fazer este registro, no momento em que o jornal **O Globo** dá essa notícia, para ficar a denúncia perante os Srs. Parlamentares. Obrigado a V. Exª (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Esta Casa aprecia, hoje, o veto do Senhor Presidente da República ao projeto de lei que estabelece o pagamento de uma indenização da exploração do petróleo, na plataforma submarina, aos Estados limítrofes.

Esse projeto, Sr. presidente, passou por todas as Comissões de ambas as Casas do Congresso, que estudaram detidamente o assunto. O projeto é de iniciativa do nobre Deputado Geraldo Bulhões, e foi subscrito, também, pelos nobres Congressistas Antônio Florêncio, Passos Pôrto e Walter Silva. Queremos, aqui, dar nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Deputado Walter Silva, ex-Deputado, nesta Casa, por várias legislaturas, e proveniente do Estado do Rio de Janeiro.

O veto do poder Executivo, Sr. Presidente, é uma discriminação, é uma mesquinha contra os Estados que têm sua plataforma produtora de petróleo. É uma discriminação para com aqueles outros Estados que já recebem essa indenização. Além do mais é uma discriminação, maior ainda contra o Estado do Rio de Janeiro que, hoje, é o maior produtor de petróleo exatamente na sua plataforma submarina.

O veto do Senhor Presidente da República é, assim, discriminatório, é, assim, mesquinho, e evidencia a política de esvaziamento dos Estados e dos Municípios. Um Governo que retirou os recursos dos Estados e dos Municípios, deixando apenas dois tributos com os Estados e dois tributos com os Municípios, e nada mais, abiscotando todos os outros impostos deste País. Os Estados fi-

caram apenas com o ICM e o Imposto de Transmissão, e os Municípios ficaram com o ISS e o IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano. São estes os únicos recursos de que dispõem os Estados e os Municípios, para atenderem às necessidades de sua população.

Hoje não existe mais possibilidade de um governo condigno nos Estados e Municípios, em face do esvaziamento a que levou este regime autoritário o nosso País.

Se nos voltarmos para a situação dos municípios que têm por seu limite essa plataforma submarina petrolífera, vamos citar o caso de Macaé que é recente: o acidente ocorrido na plataforma submarina da PETROBRÁS, que acarretou a morte e o sacrifício de dezenas de trabalhadores e, por outro lado, mobilizou toda a estrutura daquele município, toda sua estrutura de saúde, toda sua estrutura de transporte e de segurança, para atender a PETROBRÁS. No entanto, o que recebeu aquele município? Nada! Recebeu a especulação imobiliária, recebeu a inflação que subiu mais do que em qualquer lugar, tendo em vista o acesso à exploração do petróleo.

No Estado do Rio, municípios como Campos, Cabo Frio, Macaé e tantos outros que estão sendo sacrificados pela exploração petrolífera nada estão recebendo, Sr. Presidente. Por isso, esperamos que esta Casa dê número para rejeitar o veto do Senhor Presidente da República, que não tem absolutamente nenhum apoio legal, é apenas como base na mesquinha e na política autoritária que foi implantada neste País, para impedir o desenvolvimento dos Estados e dos Municípios, que são a célula-mater deste País.

Hoje, apenas existe o poder autoritário central, que não quer reconhecer as unidades municipais, que não quer reconhecer os municípios.

Assim, Sr. presidente, este veto deve ser rejeitado para que possa haver o equilíbrio das Unidades da Federação e possam sobreviver os municípios brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gustavo Faria.

O SR. GUSTAVO FARIA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional tem hoje uma importante obrigação a cumprir. É absolutamente necessário que os parlamentares, na condição de legítimos representantes do povo, rejeitem o veto presidencial ao projeto dos *royalties* de autoria dos Deputados Walter Silva, Geraldo Bulhões, Antonio Florêncio e Senador Passos Pôrto.

Usando o argumento de que não cabe ao Congresso legislar sobre matéria financeira, o Presidente da República exorbitou de suas funções, ao vetar o projeto dos *royalties*, já aprovado nas duas Casas do Congresso.

Foi uma gritante injustiça cometida contra todos os Estados de nossa orla marítima, atingindo sobretudo o Estado do Rio de Janeiro, maior produtor nacional de petróleo.

O executivo precisa lembrar que, na ciência do direito, muitas vezes a letra fria da lei tem importância secundária. O importante, mesmo, é o espírito da lei. E desde abril de 1969 o espírito da lei está claramente definido no tocante ao pagamento de *royalties* pelo petróleo extraído na plataforma marítima.

Há mais de quinze anos, através do Decreto-lei 503, já existe a obrigatoriedade do pagamento de cinco por cento do valor do petróleo extraído na orla marítima. Só que esse pagamento vem sendo feito ao Conselho Nacional do Petróleo.

Não se trata de legislar sobre matéria financeira, que acarreta aumento de despesas públicas. O que o Congresso Nacional pretende é apenas destinar aos Estados e Municípios esse pagamento que indevidamente já vem sendo feito ao Conselho Nacional de Petróleo.

Hoje, cabe ao Congresso reparar a injustiça cometida pela Presidência da República. Os parlamentares têm obrigação de dar *quorum* para a rejeição do veto.

Se o Poder Legislativo falhar nessa obrigação política e social, essa batalha não estará perdida. Mas a guerra dos *royalties* vai prosseguir. E no futuro Governo, com toda certeza, o espírito da lei será enfim respeitado, com a concessão dos *royalties* aos Estados e municípios.

Ao que parece, somente a democracia plena conseguirá restabelecer a justiça tributária neste País. E nós confiamos na vitória dos candidatos da Aliança Democrática. Este País precisa mudar. E, felizmente, já já sabe como mudar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Leônidas Sampaio.

O SR. LEÔNIDAS SAMPAIO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Esta Casa deve, hoje, derrubar o veto do Presidente da República ao projeto aqui aprovado que restabelecia o pagamento de *royalties* às plataformas submarinas produtoras de petróleo.

Sr. Presidente, dentre tantas delegações, aqui, presentes, de Estados diretamente interessados no assunto, gostaríamos de destacar a presença nesta Casa, hoje, do Prefeito de Cabo Frio, Alair Francisco Corrêa, bem como de Vereadores daquele município: Renato Viana, Aristarco Acioli, Onias Cordeiro, Mauro Azevedo, Ana Celia Mathias dos Santos Corrêa, Sílvia dos Santos Siqueira, Dirley Pereira da Silva, Geraldino da Silva Neves, Orlando Brito, Paulo Gil, Jorge Ribeiro e Alex Gonçalves de Lima.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esses representantes da Câmara Municipal de Cabo Frio, vêm acompanhados de uma enorme delegação das maiores lideranças dos seguimentos daquela sociedade, acreditam no patriotismo e na responsabilidade de todos nós, Congressistas, para que não se perca a oportunidade de se fazer justiça a toda aquela área que produz petróleo.

Gostaríamos, Sr. Presidente, de ler carta enviada ao Congresso Nacional pelo Prefeito Alair Francisco Corrêa, para que conste dos Anais desta Casa:

Cabo Frio, 18 de setembro de 1984.

Sr. Parlamentar,

No momento em que o País anuncia uma produção recorde de 500 mil barris/dia de petróleo, assegurando sua posição de terceiro maior produtor da América Latina, com o resultado que supera o volume das importações, o projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Bulhões, que tramita no Congresso desde 1975, tem grande chance de ser aprovado, tornando-se assim o motivo de redenção dos Municípios produtores, como Cabo Frio.

Nossa esperança está nas mãos de V. Ex^a

O projeto dos *Royalties* prevê percentuais que obrigariam o pagamento aos Estados e Municípios, indistintamente de cor partidária ou simpatias pessoais, e só o Estado do Rio de Janeiro receberia anualmente 270 bilhões de cruzeiros; o Município de Cabo Frio, através da Plataforma de Enchova, situada em nosso litoral e constituída de 21 poços satélites, dentre eles, o Badejo, Pampo, Linguado, Piraúna e Bonito, teria direito a mais de 600 milhões de cruzeiros de *Royalties* por mês de acordo com o percentual de 1% (um por cento) a que o Município tem direito.

Nossa chance está nas mãos de V. Ex^a

Todavia, a contestação às alegações do veto já bastaria no terreno jurídico e econômico. A inconstitucionalidade argüida só existiria se o Congresso houvesse criado ou alterado despesa orçamentária. Em vez disso, o projeto dos *Royalties* não cria imposto e se limita a instituir obrigação financeira que recai sobre os ganhos de uma empresa de economia mista, submetida a regime privado (art. 165 da Constituição). Trata-se de matéria de natureza civil e tudo dentro de um princípio de equidade de trata-

mento — porquanto indenizações (este o verdadeiro sentido dos *Royalties*) já são pagas pela Petrobrás aos Estados e Municípios de produção petrolífera terrestre.

Nossa vitória está nas mãos de V. Ex^a

A palavra de ordem para a Comunidade Cabofriense é *Royalties* Já!

Alair Francisco Corrêa, Prefeito Municipal.

Sr. Presidente, a carta do Prefeito Alair Francisco Corrêa é um atestado eloquente de que temos que concentrar recursos no município. É através da força do município que este País poderá realmente encontrar o caminho do progresso.

O Estado do Rio, hoje o maior produtor de petróleo do nosso País, não aceita em hipótese alguma, ficar marginalizado das vantagens desse petróleo.

Tivemos a honra, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de assinar a Emenda J. G. de Araújo Jorge. Tendo em vista as razões apresentadas pelo Senhor Presidente da República, da inconstitucionalidade do projeto, já que o mesmo considera da União a plataforma continental, a Emenda J. G. de Araújo Jorge, com mais de 250 assinaturas de Parlamentares — caso este Congresso, hoje, não derrube este veto — obrigará a União, mesmo considerando-se proprietária da plataforma continental, a dar 5% aos Estados e Municípios do produto proveniente da prospecção do petróleo.

Queremos ainda consignar aqui, Sr. Presidente, por impossibilidade de se inscreverem, também para defender a rejeição deste veto, os Deputados Jorge Leite e Márcio Macedo nos pedem que transmitamos a esta Casa o seu ponto de vista.

Gostaríamos ainda de dizer, Sr. Presidente, que, independente de siglas partidárias, aqui hoje está toda a Bancada do Estado do Rio para, numa profunda prova de patriotismo, tentar derrubar o veto apostado a este projeto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O palácio do Planalto acha pouco permitir que este País seja assaltado todos os dias, e ainda quer também o Governo assaltar os Estados e Municípios naquilo que eles têm de maior direito, que é o produto de suas riquezas e do trabalho de seus filhos.

Sr. Presidente, o Palácio do Planalto, e o Presidente da República nunca explicaram ao País porque permitiram, participaram e foram co-responsáveis pelo escândalo de 500 bilhões da Coroa Brastel, o Senhor Presidente da República nunca explicou ao País como foi co-responsável por aquilo que o banco Central comprova e que a CPI da dívida externa acaba de apurar em todos os números, que dos 100 bilhões de dólares da dívida externa, no mínimo 15 bilhões são ilegais, ilegítimos e o País não deve. No entanto, já pagou aos banqueiros internacionais. O Sr. Presidente da República não explica, também, quantos bilhões de dólares o País está perdendo no escândalo que são Angra I e Angra II, as usinas do Projeto nuclear. No entanto, Sr. Presidente, o Presidente da República, que não presta contas ao País dos escândalos da dívida externa, e seus ministros assinam contratos no exterior, sem ouvirem este Congresso, e por isso são contratos ilegais e inconstitucionais.

O Presidente da República tem a audácia de alegar motivos constitucionais para vetar um projeto aprovado por unanimidade pelo Senado e pela Câmara, mandando pagar *royalties* aos Estados e Municípios produtores de petróleo na sua plataforma submarina.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que significam esses *royalties* para o Estado do Rio de Janeiro, que a eles terá direito em 70 e tantos por cento? Significam 500 milhões por dia 15 bilhões por mês, 180 bilhões por

ano. Ora, Sr. Presidente, só o escândalo da Cora-Brastel dava para pagar dois anos e meio do *royalties* do petróleo devido ao Estado do Rio de Janeiro. E mais, a receita do Estado do Rio de Janeiro é de um trilhão por ano; 200 bilhões significam apenas 1/5 da receita. Nem isto o Governo Federal, o Palácio do Planalto, o Presidente da República querem devolver ao Estado do Rio de Janeiro, como não querem devolver aos outros Estados. Então, Sr. Presidente, têm razão os Prefeitos, os Vereadores do Rio de Janeiro que estão aqui, de Campos, de Cabo Frio, de Macaé e de vários outros Municípios, têm razão de vir aqui pedir, exigir deste Congresso que seja coerente consigo mesmo e derrube um veto absurdo, injusto, inexplicável. O Congresso aprovou este projeto por absoluta unanimidade: O Congresso tem o dever político e moral, perante a nação, de derrubar o veto do Presidente da República, que não presta contas à Nação pelos escândalos do Poder público; não presta contas à Nação pelo escândalo da dívida externa: não presta contas à Nação de como se gasta o dinheiro deste País, e vem querer roubar, tirar, tomar dos Estados e Municípios produtores de Petróleo os *Royalties* a que eles têm direito.

Muito obrigado Sr. Presidente, e Srs. Congressistas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Eudes.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está evidente o esforço deste Congresso na tentativa de derrubar o veto presidencial do General Figueiredo. Mas parece evidente também, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que aqui, hoje, neste momento, não há número suficiente de Congressistas para derrubar este veto. Parece estar óbvio que alguns Srs. Deputados acharam secundária a questão da melhoria das condições de vida, existência e trabalho de Estados e Municípios que necessitam dos *royalties*, porque de direito. Por isso mesmo, Sr. Presidente, dentro dessa linha de raciocínio, antevejo como proposta a fazer aos Srs. Vereadores, Prefeitos e Governadores dos Estados interessados, desde já, um grande movimento por sobre as duas candidaturas colocadas indiretamente à Presidência da República; de um lado o Sr. Paulo Salim Maluf, pelo PDS e, do outro, o Sr. Tancredo Neves, pelas Oposições, para que, desde agora, de hoje, antes de eventualmente serem eleitos, se comprometam que um dos seus primeiros atos seja mandar uma mensagem a esta Casa Congressual, devolvendo os *royalties* a quem de direito, quais sejam, os Estados e Municípios diretamente interessados.

Esse compromisso, Srs. Congressistas, tem de ser assumido com muita nitidez, neste momento, para que depois aqueles Parlamentares interessados possam cobrar os compromissos efetivamente assumidos por seus respectivos candidatos, como algo que diz respeito à justiça concreta, absoluta e soberana, já provada e comprovada por este Congresso Nacional, que não é quem inibe muito menos quem é autoritário na concepção dos interesses da defesa dos Estados e Municípios produtores de petróleo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este Congresso aprovou, por unanimidade das duas Casas Legislativas, o direito líquido e certo da percepção dos *royalties* pelos Estados produtores.

Por isso mesmo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, renovo o apelo a todos aqueles que se mobilizam por essa justa causa, que aqui não dando *quorum*, na noite de hoje, firmemos um compromisso de buscar os dois candidatos à Presidência da República e arranquemos deles o compromisso com os Estados produtores de petróleo, porque de direito, de justiça e democracia.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No dia 31 de agosto próximo passado, um sábado, o Governador Franco Montoro e seus Secretários Almino Afonso e José Serra assinaram, um ato público, realizado no canteiro de obras do Metrô, no pátio de Itaquera, contrato no valor de 65 bilhões de cruzeiros, para que se garanta o prosseguimento das obras da linha Leste-Oeste, da Barra Funda até Itaquera, aliás já reiniciadas.

Após ouvir exposição técnica sobre o cronograma dos trabalhos a serem executados nesse trecho, cuja conclusão está prevista para 1987, e após o ato físico da assinatura do contrato, o ilustre Governador do Estado de São Paulo, na presença daquelas outras autoridades, de técnicos e de grande público, frisou alguns aspectos altamente positivos desse novo empreendimento:

— a conclusão da Linha Leste-Oeste do Metrô beneficiará uma população de mais de 3 milhões e 500 mil pessoas, sendo que serão transportados por dia 1 milhão e 200 mil passageiros;

— as obras já em andamento gerarão 50 mil empregos diretos e indiretos nas áreas de projeto, obras, fabricação e montagem de equipamentos, sendo que só o pátio de Itaquera criará cerca de mil empregos para técnicos especializados em sistema metroviário;

— até 1987, estão previstos nessa linha investimentos da ordem de 441 bilhões e 200 milhões de cruzeiros (a preços de dezembro de 1983).

Ao registrar esse auspicioso acontecimento, Sr. Presidente, ressaltando a participação especial nesse projeto do Secretário dos Negócios Metropolitanos do Governo Democrático de São Paulo, Almino Afonso, quero lembrar aqui que no Governo Montoro foram concluídas as estações do Metrô de São Paulo do Anhangabaú e Santa Cecília (tendo já sido liberado trecho da rua das Palmeiras depois de 5 anos de obras, com reurbanização desde o cruzamento da Alameda Nothmann até a avenida Angélica), estendendo-se o total da Linha Leste-Oeste até agora (no final serão 24 quilômetros de extensão) para 9,6 quilômetros do Tatuapé a Santa Cecília, por onde circulam já hoje 450 mil pessoas por dia.

O povo está, realmente, tendo prioridade absoluta no Governo Democrático de Franco Montoro, e o nosso Partido mais uma vez se rejubila com o acerto da escolha do grande ex-Senador, conduzido ao Palácio dos Bandeirantes por consagrada votação popular de mais de cinco milhões de votos.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) —

Sergipe é um Estado pobre, no entanto de suas terras jorram petróleo. Em sua plataforma continental podemos ver grandes torres que trouxeram à superfície, em 1982, quatro milhões quatrocentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e oito barris, de petróleo, deixando o Estado de receber, um bilhão quatrocentos milhões de cruzeiros, referentes aos cinco por cento que *correspondem* ao pagamento dos *royalties*. Essa importância equivale a mais ou menos três por cento do orçamento de Estado para exercício de 1983, e supera a folha de pagamento mensal de toda a administração.

O Estado não pode, e nem deve, abrir mão desses recursos, uma vez que ele oferece toda uma infra-estrutura para extração desta riqueza mineral.

Elaborei dois projetos mudando a legislação referente ao pagamento dos *royalties* ao Estado, e temos denunciado na Câmara Federal o não pagamento dos *royalties* o que é uma injustiça, uma vez que, o petróleo, vindo do

mar, depende do suporte implantado em terra, tais como rodovias, construção de escolas, áreas de lazer, assistência médica... que, de certa forma, beneficiam a empresa.

Um projeto, o de nº 3.903/80, obriga a PETROBRÁS a pagar *royalties* aos Estados produtores, o outro, o de nº 699-A/79, altera o artigo 27 da Lei nº 2.004 que passa a obrigar a sociedade e suas subsidiárias a pagar indenização correspondente à extração de gás, a lavra de petróleo e xisto betuminoso.

A importância dos projetos se deve ao fato de que eles obrigam a PETROBRÁS a pagar aos Estados produtores de petróleo, para efeito de *royalties*, o preço do barril, de acordo com o valor do preço cobrado pelos países exportadores e também indenização.

Na justificativa, argumento que trata-se de providência inevitavelmente oportuna, uma vez que a produção petrolífera nacional destina-se basicamente, ao consumo das regiões industrializadas do Centro-Sul, e ao desafogo da monstruosa dívida externa contraída pelo País através do Governo central, sem maiores benefícios para os Estados produtores, que ficam apenas a ver suas riquezas esvaindo-se.

Ressalto ainda, que a PETROBRÁS, no sentido de manter, e mesmo elevar sua margem de lucros, fixa os aumentos de preços dos derivados de petróleo em resposta aos aumentos dos preços internacionais que ela paga por essa matéria-prima. Assim é que ela tem se colocado entre as dez maiores empresas do mundo quanto à geração de lucros, segundo a revista *Fortune*. Indagou também, o porquê de não pagar aos empobrecidos Estados produtores a indenização com base nos mesmos valores internacionais. E concluiu: é flagrante a injustiça.

Além dos projetos e de vários discursos, o Deputado organizou uma Comissão de parlamentares do Estado do Ceará, que manteve encontro com o Ministro das Minas e Energia. César Cals, a fim de que este expresse publicamente sua posição.

Visando a aprovação do nosso projeto, fiz contatos com governadores, líderes partidários, presidentes das assembleias legislativas, dirigentes de federações de indústria, associações comerciais e outras entidades públicas. Além de estar pleiteando audiência com o Ministro Leitão de Abreu para uma comissão de Deputados e Senadores dos Estados produtores de petróleo com a finalidade de conseguir uma decisão sobre o problema do pagamento dos *royalties*.

Agora estamos na luta para derrubar o veto ao projeto de Geraldo Bulhões. Faz parte da nossa luta pelo *royalties*.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Stélio Dias

O SR. STÉLIO DIAS (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas;

O Congresso Nacional está no indeclinável dever de rejeitar o veto presidencial apostado ao projeto de Lei que confere a estados e municípios indenização pela extração de petróleo na plataforma continental.

E deve fazê-lo por unanimidade porque foi unânime a manifestação das duas casas pela aprovação do projeto durante sua longa tramitação, tanto sob o crivo das inúmeras comissões técnicas que percorreu quanto sob apoio total do plenário. Houve, inclusive, acordo geral das lideranças em favor da aprovação da matéria. E nunca houve qualquer denúncia de algum indício da proposição estar evadida de inconstitucionalidade, argumento em que o veto presidencial se estribou para frustrar profundamente a expectativa da opinião Pública nos Estados e Municípios diretamente beneficiados pelo projeto de lei.

A Comissão mista do Congresso Nacional incumbida de exarar parecer sobre o veto opinou, sem discrepância de um só voto, pela manutenção do projeto, acolhendo relatório do nobre Senador Jutahy Magalhães.

Por sua vez, o conselho da ordem dos advogados, seção do Rio de Janeiro, forneceu importantes subsídios para a apreciação do veto do executivo exaurindo convincentes argumentos segundo os quais, "É impossível argüir a inconstitucionalidade" da iniciativa congressional:

"A Lei da Petrobrás em seu artigo 27, a *mens legis*, é cristalinamente visível: o que se quis determinar foi o pagamento de uma indenização aos Estados e Municípios privados da exploração das suas próprias lavras com a criação da empresa estatal. Não há que confundir essa norma legal com a do artigo 161 da Constituição que se refere ao proprietário do solo."

A OAB acha ainda estranhável o fato de a matéria ter sido amplamente examinada pelas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, particularmente no tocante aos aspectos relativos à competência legislativa do Congresso e à iniciativa do Poder Executivo em matéria financeira, "tendo concluído como o ilustre Relator no sentido de que a obrigação de pagar indenização imposta à PETROBRÁS desde a sua criação não é matéria tributária nem orçamentária como as que estão sujeitas à competência exclusiva do poder executivo, pois se assim fosse estariam igualmente sujeitas ao arbítrio do Poder Executivo todas as indenizações de qualquer natureza pagas pelas 500 empresas estatais existentes, ou seja, seria o fim da autonomia empresarial das empresas estatais."

Há que se ressaltar que durante a tramitação do projeto de lei o Governo teve tempo e oportunidade de sobras para argüir aspectos inconvenientes da proposição. Não o fez através de suas lideranças que deram apoio integral ao projeto numa demonstração inequívoca da aquiescência do Poder Executivo.

Por isso, causou a mais viva consternação em todos os meios o veto do Senhor Presidente da República que sequer levou em conta o relevante interesse público. Tampouco considerou o ponto de vista político, preferindo abrir mais fundas fissuras no seu relacionamento com o Congresso Nacional onde hoje suas bases de sustentação são as mais precárias.

Pelos valores atuais e à taxa cambial vigente, o Estado do Rio de Janeiro, principal beneficiário, receberia por ano 170 bilhões de cruzeiros, dos quais 136 bilhões para o Governo estadual e 34 bilhões para os municípios de Campos, Macaé e São João da Barra. O Ceará — terra natal do Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, solidário ao veto presidencial — receberia em torno de 17 bilhões de cruzeiros anuais, sendo 13,6 bilhões para o Governo Estadual e 3,4 bilhões para os municípios. Sergipe, que produz 14.200 barris em sua plataforma continental, ganharia 9,9 bilhões de cruzeiros. Ao Rio Grande do Norte seriam carreados 9,2 bilhões. À Bahia, 4,9 bilhões. Ao Pará, 1,2 bilhões.

O nosso Espírito Santo, que temos a honra de representar com nosso mandato neste Parlamento, deixará de receber mais de 1 bilhão de cruzeiros por seus quase 2 mil barris diários extraídos de sua plataforma continental.

Tais cálculos, contudo, são de maio do corrente ano, estimados pela estatal do petróleo. Com os periódicos reajustes do dólar, as cifras passam a ser bem mais significativas.

A perspectiva de se perpetrar tão profundas lesões a esses entes confederados, a maior parte deles apresentando um preocupante quadro de pobreza social, nos impõe o dever irrecusável de rejeitar o veto do Senhor Presidente da República não só por ser falso o argumento da inconstitucionalidade em que se amparou como também pelos efeitos extremamente nocivos à coletividade brasileira.

Existe por trás do insólito ato, esse permanente ranço antifederalista de um governo excessivamente centraliza-

dor e responsável pelo profundo empobrecimento dos estados e municípios.

O projeto de lei é de maior justiça eis que atualiza os preceitos fundamentais da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1983, que criou para a PETROBRÁS e suas subsidiárias a obrigação de pagar aos Estados e Territórios "onde se fizerem a lavra de petróleo e xisto betuminoso e a extração de gás, uma indenização correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás". Àquele tempo o Brasil ainda não ingressara na prospecção e extração submarina ao longo do litoral limítrofe aos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pará.

Estamos convencidos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de que o Poder Legislativo não faltarà à sua responsabilidade rejeitando o indesejável veto, para resguardo dos legítimos interesses dos Estados e Municípios que, certamente não sairão da penúria deplorável em que se encontram mas terão alguns recursos a mais para atender seus graves problemas, principalmente os de ordem social.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje, o Congresso Nacional examina o veto do Senhor Presidente ao projeto que institui o pagamento de 5% do valor produzido pelas plataformas submarinas de extração de petróleo.

O projeto, aprovado na Câmara e no Senado por representar as aspirações de Estados e Municípios, foi inexplicavelmente vetado pelo Sr. Presidente da República.

Tal projeto justo, legal e principalmente constitucional, representa antiga aspiração pois, em muitos casos, representa a verdadeira independência financeira de muitos Municípios.

Assim, espero que o Congresso Nacional, considerando o bem público, rejeite o veto Presidencial.

Era o que tinha a dizer: (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) De acordo com o art. 31, do Regimento Comum, está esgotado o período destinado a breves comunicações.

Como Líder, concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ao discutir este veto presidencial, como homem do norte fluminense, de Campos, ouço o chiado do carro de boi puxando cana abrindo a trilha, a rieira no barro úmido, na terra encharcada, como proclamaria o Poeta e Médico Barbosa Guerra, no Carro que Canta.

Este é um fato de grande importância para o meu Estado, é um assunto de grande relevância para a morte fluminense, é, na verdade uma matéria que envolve todo o Estado do Rio.

Sei e estou bem certo, Sr. Presidente, de que a proposição do Deputado Geraldo Bulhões, que foi subscrita pelos nobres Parlamentares Antônio Florêncio, Passos Pôrto e Walter Silva, este último da minha terra, um bravo e brilhante Deputado que, lamentavelmente, não voltou. Sei que esta proposição interessa também aos Estados do Espírito Santo, de Alagoas, de Sergipe, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Pará e da Bahia, mas é um projeto que interessa a todos os Parlamentares que são municipalistas e reconhecem que este País precisa de uma reforma tributária para levar mais recursos aos Estados, para carrear mais benefícios a todos os Municípios.

Este projeto, Sr. Presidente, diz respeito à matéria de grande relevância é o petróleo. Quero recordar que em

1952, o então Governador do meu Estado, o Senador Amaral Peixoto, por influência de Alberto Ribeiro Lamejo, um grande geólogo, solicitava à PETROBRÁS a exploração da plataforma marítima do nosso Estado. Ela, explorada, apresentou esse resultado que aí está. A Bacia de Campos, que envolve S. João da Barra, Macaé, Cabo Frio e toda aquela região, é das mais prósperas e aquela que mais oferece recursos à Nação no setor petrolífero.

Quando o País registra 500 mil barris diários, nós, campistas, nós, fluminenses, nos orgulhamos da contribuição que oferecemos à Pátria.

Sr. Presidente, quando esperávamos que o norte fluminense renascesse com os recursos propiciados por esta proposição, eis que o Presidente da República, por seus assessores, descobre nele matéria inconstitucional, matéria que fere o art. 57.

Sr. Presidente, a Ordem dos Advogados do Brasil já refutou essa tese: Não há inconstitucionalidade nesta proposição. Ela tramitou em todas as Comissões da Câmara, foi examinada meticulosamente, com detalhes, por grandes juristas na Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara, passou no Senado e, lá, eminentes juristas também consideraram o projeto constitucional.

Sr. Presidente, como examinarmos, hoje, inconstitucionalidade num projeto como esse, quando esta Casa, ainda hoje à tarde, votou em regime de urgência, um substitutivo assinado por todos os Líderes, para acompanhar o projeto do nobre e valoroso Senador trabalhista Nelson Carneiro, substituindo-o, porque veio desnatado do Senado. É matéria constitucional e foi assinada, logo de início, pelos Deputados do Governo e pelo Líder do Governo. Deputado Nelson Marchezan.

Não há, pois, este argumento para ser levantado, de inconstitucionalidade do projeto. Sr. Presidente, pelo contrário, a Câmara e o Senado querem corrigir a lei que criou a PETROBRÁS. Quando ela foi elaborada, esqueceram os técnicos de incluir a plataforma marítima. Já naquela época, o Mar do Norte e o Golfo Pérsico eram explorados e retirado petróleo de lá. Foi um erro do Legislador. Antes, há de se culpar um erro do Poder Executivo. Hoje, queremos corrigir aquele erro, para fazer com que a PETROBRÁS seja, também, na região do norte fluminense, como nesses Estados citados, um instrumento de progresso, auxiliando os Prefeitos, auxiliando os Vereadores, auxiliando todos os segmentos políticos, econômicos e sociais deste País.

Sr. Presidente, o projeto vetado é de alto interesse para a Nação, dizia eu, porque ele vem fazer a distribuição da riqueza, vai arejar, vivificar, levar um sopro anímico a todos os Municípios e proporcionar mais riqueza aos Estados para poderem trabalhar na produção de energia e na pavimentação de rodovias.

Sr. Presidente, este projeto despertou o interesse do meu Estado, despertou vivamente todas as camadas políticas. Agitou a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional das Indústrias, as federações, os sindicatos tanto patronais como de empregados, mas despertou interesse, sobretudo, dos Prefeitos e Vereadores de lutarem em defesa dos interesses da sua terra.

Hoje, nesta noite, Sr. Presidente, temos aqui Vereadores que vieram de Campos: Vereadora Hermeny Coutinho e Vereadores Benedito Marques, Roberto Ribeiro, Fábio Ferraz e Adauto Gomes; de São João da Barra, os Vereadores Amaro Bomgosto e Cláudio Márcio Gomes Martins; de Macaé, Marilena Garcia, que chefiou um grande movimento na sua terra, no norte-fluminense, em prol e defesa dos royalties, e os Vereadores Ruiz Sérgio, Oscar Pires, Alvaír Benjamim e Augusto Veloso Garcez; e de Cabo Frio, além do Prefeito Alair Corrêa, os Vereadores Renato Viana, Onias Cordeiro, Mauro Azevedo, Dirley dos Santos, Aristarco Acioly, Geraldino da Silva Neves, Ana Célia e Sílvia dos Santos Siqueira.

Sr. Presidente, faço um apelo. Se não pudermos votar hoje por falta de número, que possamos convocar todos os Deputados e Senadores para que compareçam em ou-

tra oportunidade a esta Casa e possamos derrubar este veto presidencial, porque ele não se estriba em nada que tenha sustentação, ele é contrário ao interesse público, ele é contrário à reforma tributária que desejamos, ele é contra, sobretudo, ao interesse nacional, e precisamos defender os Estados e Municípios brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) Concedo a palavra ao nobre Líder Brandão Monteiro, que falará em nome do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dizíamos, hoje, na sessão da Câmara dos Deputados que o Congresso Nacional se reuniria às 18 horas e 30 minutos para examinar o veto do Senhor Presidente da República, ao projeto que instituiu o **royalty** para os Estados que exploram o petróleo na plataforma continental.

Dizíamos, Sr. Presidente, que esta sessão deveria e poderia ser histórica, porque se examinarmos o projeto em tela, verificaremos que o Congresso Nacional, ao rejeitar o veto do Senhor Presidente da República, estaria inclusive resguardando sua própria autonomia e sua própria responsabilidade para com a Nação brasileira.

Se examinarmos historicamente a passagem do projeto pelas duas Casas, verificaremos que ele data de 75, e aqui devemos prestar homenagem aos Deputados autores deste projeto, entre os quais quero destacar um adversário do meu Partido, no Rio de Janeiro, que está presente aqui e já não é mais Deputado, mas que foi um batalhador, quero fazer justiça exatamente ao ilustre ex-Deputado Walter Silva, do PMDB do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, como dizíamos, o projeto data de 1975 e foi preciso que o Partido do Governo tivesse minoria na Câmara dos Deputados para que o projeto aqui fosse aprovado. Mais de oito anos o projeto tramitou nesta Casa e enquanto o PDS foi maioria ele não logrou êxito. Foi necessário que a Oposição ganhasse as eleições de 1982, para que o projeto pudesse ter sua aprovação aqui na Câmara dos Deputados. Passou por todas as Comissões Técnicas, foi ao Senado Federal, igualmente aprovado, e inusitadamente o Senhor Presidente da República que, por acaso, é filho do Rio de Janeiro, voltou as costas ao povo do Rio de Janeiro, voltou as costas aos Municípios brasileiros e vetou o projeto contra a opinião do Congresso Nacional.

Falar-se em inconstitucionalidade do projeto de lei, é querer inclusive fazer da própria lei tábua rasa, pois ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça das duas Casas do Congresso Nacional; falar-se em inconstitucionalidade do projeto de lei, é querer provocar a própria inconstitucionalidade da Lei nº 2.004. Sr. Presidente, a questão não é jurídica, não é constitucional, a questão é política. Parece que o Governo Federal, além de fazer como está fazendo, hoje, no Rio de Janeiro, isto é, punindo aquele Estado e ao seu povo porque conseguiu derrotar seu candidato ali no Rio de Janeiro, quer punir os Estados produtores de petróleo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, examinava um documento trazido pelos ilustres Vereadores e Prefeitos do norte-fluminense, e ali se explicava e se explicitava com grande razão, que o norte-fluminense, o norte do meu Estado, é uma das regiões mais pobres do Brasil, em compensação é o norte-fluminense um dos maiores produtores de petróleo deste País. Em consequência, o norte-fluminense, para falar de modo específico no meu Estado, não tem nenhuma contrapartida, embora produza riqueza, continua pobre, continua com todas as dificuldades. Produz a riqueza, fica com os ônus da exploração do petróleo, com os ônus da PETROBRÁS naqueles Municípios e não recebe de volta nenhuma compensação.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós da Bancada do PDT estamos absolutamente preocupados com o destino deste projeto de lei. Queremos fazer um apelo aos demais Partidos da Oposição, inclusive à Frente Liberal, ao Partido Democrático Social, que se unam a todos os demais Congressistas, para que possamos, na verdade, devolver aos Estados produtores de petróleo o direito que é deles, o direito inalienável. Não podemos novamente continuar a considerar os Estados e Municípios como se fossem filhos bastardos da União. Os Estados e os Municípios fundamentalmente são os grandes produtores de riquezas para a União.

O Sr. J G de Araújo Jorge — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª, nobre Deputado J G de Araújo Jorge.

O Sr. J G de Araújo Jorge — Meu prezado companheiro e Líder, Deputado Brandão Monteiro, V. Exª está colocando o problema não apenas representando o nosso partido mas a consciência nacional. O espírito da lei que criou a PETROBRÁS já garantia aos Estados onde se encontrassem recursos petrolíferos, recursos minerais, a obrigatoriedade — mesmo em terras devolutas consideradas como bens da União — de a União pagar pelo menos 5% da exploração dos recursos minerais aí encontrados. Não se justificaria nunca, portanto, na medida em que esses recursos do petróleo, do xisto betuminoso, passaram a ser encontrados não apenas em território nacional mas, principalmente nas plataformas oceânicas, que o Governo se prevalecesse do dispositivo do item III do art. 4º da Constituição, que inclui a plataforma continental como um dos bens da União. Por isso mesmo, companheiro, nosso Estado que representa hoje, em termos de petróleo, uma produção de quase 2/3 da nacional e nada recebe em troca das riquezas retiradas do seu subsolo, — pelo fato de nela se encontrar os recursos minerais e de ser um bem da União — tem de ser considerada, na medida em que pertença a esse ou aquele Estado, conforme a orla marítima. Por isso, como companheiro de V. Exª e como Deputado do PDT, tenho, em tramitação nesta Casa, recolhendo assinaturas — já recolhi mais de 250 assinaturas de Deputados, e quero recolher as 300 de Deputados e as dos Senadores — para que minha emenda seja prioritária, acrescentando um parágrafo ao item III do art. 4º da Constituição, que estabelece que a plataforma continental é um bem da União, sim, mas que a União se obriga a pagar 5% aos Estados, e 1% aos Municípios, em cuja orla marítima sejam encontrados recursos minerais por acaso explorados pela União. Porque não é bastante que o Estado receba o que lhe pertence. Num país como o nosso, a exigir uma reforma tributária em termos amplos e profundos, onde os Municípios, cerca de 4.000, vivem em verdadeiro estado de miserabilidade e seus prefeitos sem recursos para poderem resolver os mínimos problemas de suas comunidades, é indispensável que os Municípios recebam também uma parcela das riquezas por acaso encontradas nas suas orlas marítimas. Por isso, faço aqui um apelo aos Deputados, não apenas do meu Partido, não apenas aos Deputados da Oposição, mas aos Deputados do próprio Governo, que subscrevem a emenda que está tramitando por esta Casa, recolhendo assinaturas, e que acrescentará um parágrafo único ao item III do art. 4º, possibilitando e obrigando a União a pagar 5% aos Estados e 1% aos Municípios, em cujas orlas marítimas se encontrem os recursos minerais explorados por ela.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Obrigado a V. Exª, nobre Deputado J G de Araújo Jorge. A contribuição de V. Exª só nos alegra e enriquece o teor do nosso discurso.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, lamentamos, mais uma vez, que o Congresso Nacional não responda positivamente ao chamado do povo brasileiro.

O Sr. Hamilton Xavier — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Lamentamos, porque somos defensores intimoratos desta Casa, mas lamentamos que, tal como na Lei da Anistia, não tenhamos tido a possibilidade de, hoje, rejeitar o veto do Senhor Presidente da República.

O Sr. Hamilton Xavier — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Um momento, nobre Deputado. Já concederei o aparte a V. Exª

Neste momento, faço um apelo a todos os Estados, através de seus Governadores, Prefeitos e Vereadores, para que ocupem as galerias desta Casa, porque a experiência que temos de um ano e meio de mandato é a de que esta Casa decide, sim, sob pressão. Vamos pressionar o Congresso Nacional, porque esta Casa é uma Casa sensível às pressões do povo, já que não temos condições de pressionar o Governo Federal, este, sim, sempre insensível às reivindicações da maioria do povo brasileiro.

Ouç o ilustre Deputado Hamilton Xavier.

O Sr. Hamilton Xavier — Soldado serra fila do Partido Democrático Social, votarei, Sr. Deputado, contra o veto, menos pela pressão popular a que V. Exª se refere, e muito mais porque entendo devam prevalecer sobre os meus interesses partidários, sobre a disciplina partidária, os altos interesses do Estado do Rio de Janeiro que foram vulnerados, que foram prejudicados, que foram esquecidos e que foram espezinhados por este veto.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Respeito a opinião de V. Exª, mas devo dizer que a pressão popular é legítima...

O Sr. Hamilton Xavier — Eu não estou dizendo que seja ilegítima.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — ... o que não é legítima é a pressão das armas. Nesta Casa, já fomos pressionados aqui com corte de telefone, já fomos pressionados aqui com tropas em frente ao Congresso Nacional, durante a votação da Emenda Dante de Oliveira. Esta é a pressão ilegítima, esta é a pressão de cima para baixo, esta é a pressão do autoritarismo. A pressão popular é aquela que nos traz inclusive para esta Casa, porque através do povo é que aqui chegamos. E sempre, por melhor que sejamos, quer defendendo nossas plataformas, quer defendendo interesses de nosso Partido, sempre não temos, na verdade, a clarividência maior do que o povo brasileiro, este povo sofrido, este povo humilhado, mas este povo sempre de cabeça erguida, tentando superar as barreiras do autoritarismo e as barreiras daqueles que não olham para o povo, nem para o interesse da sociedade brasileira.

O povo brasileiro, por exemplo, Sr. Deputado Hamilton Xavier, não se revoltou, ainda, com os escândalos, os escândalos que, dia-a-dia, pululam neste País, saindo o dinheiro do bolso deste povo sofrido, deste povo que produz toda a riqueza. Mas o povo brasileiro está esperando o dia de ver aqueles que o exploram pelas costas, com muita paciência, com muita benevolência. Desta forma, Sr. Deputado Hamilton Xavier, Deputado que respeito, que inclusive foi vice-Governador do meu Estado, temos uma divergência fundamental no papel no Congresso Nacional. Respeito sua posição.

O Sr. Hamilton Xavier — V. Exª me entendeu mal. Não nego ao povo o direito de pressionar, porque onde há pressão popular, evidentemente a democracia está se fazendo sentir. Sei que o povo tem o direito. Eu disse a V. Exª que votarei contra este veto, menos pela pressão do povo e muito mais por atenção aos altos interesses do

Estado do Rio de Janeiro, que realmente foram olvidados, foram esquecidos, foram desrespeitados.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Entendi o posicionamento de V. Ex^a Quando pedi a pressão popular, Deputado Hamilton Xavier, é porque se amanhã os Srs. Vereadores, Prefeitos dos Estados e Municípios fizerem o lobby aqui no Congresso — muitos industriais fazem — enchendo as Casas do Congresso, é possível que sensibilizem Deputados e Senadores que aqui não estão agora.

O Sr. José Collagrossi — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Ouço o ilustre Deputado José Collagrossi.

O Sr. José Collagrossi — Nobre Deputado Brandão Monteiro, Líder do nosso Partido, quero vir ajudar a V. Ex^a, quando diz que realmente é preciso pressão. É preciso e muita pressão. V. Ex^a diz muito bem que esta Casa, toda vez que foi pressionada, ela atendeu à vontade popular. Se não fosse a pressão popular, não estariam aqui hoje os Deputados cassados; se não fosse a pressão popular, não teria havido anistia; se não fosse a pressão popular, não teria havido essa entrada no Brasil, essa véspera que vivemos, hoje, do regime democrático. Sempre a pressão popular foi necessária, sempre a organização popular foi indispensável para qualquer conquista e qualquer vitória. V. Ex^a diz muito bem e pede que, aqui nesta Casa, a pressão seja feita por todos aqueles que estão interessados nos *Royalties*. Sabemos muito bem que o nosso Governo do Estado do Rio de Janeiro se vê excluído desse *Royalty* exclusivamente pela posição política autêntica e corajosa do PDT, naquele Estado. Eu me congratulo com V. Ex^a e tenha a certeza de que a Nação inteira sabe que, nesses anos de ditadura e autoritarismo, só e exclusivamente a pressão popular conseguiu mudar alguma coisa nesse País. Muito obrigado!

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Obrigado, nobre Deputado José Collagrossi.

Sr. presidente, para encerrar o nosso pronunciamento, queremos fazer, mais uma vez, um apelo, para que, longe das questões partidárias, fazer mais uma vez um apelo, para que longe dos interesses imediatamente colocados dos Estados, que nos unamos nesta Casa para restabelecer um direito líquido e inalienável dos Estados e Municípios que, embora produzindo riquezas, continuam colocados à margem dos lucros dessas riquezas, das possibilidades de se criar realmente uma federação, das possibilidades reais de se criar, neste País, Municípios fortes, Municípios que possam dar educação, Municípios que possam ter receitas para produzir o bem dos seus municípios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Vem da Itália de Mussolini o conceito de um jurista, Emmanuel Rocco, que, quando agradável queria ser ao *duce*, sempre dizia isto: "Meu *duce*, existe apenas um poder: o Executivo. O Legislativo é um elaborador de leis incumpridas: e o judiciário é um mero redator de sentenças.

Hoje, aqui e agora, quando o Congresso Nacional aprecia o veto de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em relação a uma matéria de alto sentido tributário, administrativo e social, além de fundamentalmente econômica, vê-se que pela ótica do Poder Executivo deste Estado autoritário que aí temos, há vinte anos, apenas o Poder Executivo tem o direito de legislar, o de determinar, o de negar aquele fundamento essencial que

é inerente ao Poder Legislativo. Eis que, a partir dos projetos do Deputado Walter Silva, do Deputado Geraldo Bulhões, do Senador Passos Pôrto e do Deputado Antônio Florêncio, desde 1975, a Câmara dos Deputados, através de todos os seus órgãos técnicos e do próprio plenário, aprovou aquela que é uma proposição nascida da própria Lei nº 2.004 que criou a PETROBRÁS. Em seguida foi o Senado da República que ratificou e reafirmou todas essas legalidades constitucionais.

Mas do alto do império autoritário que aí está, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República vetou um projeto que conhecido como bem diz o relatório da Comissão Mista que ratifica sua posição negando um fundamento legal para a essência do veto, trata-se de um projeto destinado a uma indenização como determina a lei que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo no Brasil aos Estados e aos Municípios brasileiros.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que a Lei nº 2.004 desde 1953, quando foi aprovada e promulgada, determinava que aos Estados onde fosse feita a lavra de 5% do valor na extração do petróleo, xisto ou gás, sem excluir dessas incidência as ocorrências registradas em terras devolutas indispensáveis à segurança da União e em outras localidades que constituem por mandamento constitucional, desde a União e o direito de os Estados, o direito de os municípios terem uma modesta participação em relação àquilo que se extrai e se retira como fundamento da sua riqueza mineral.

Hoje, este Congresso recebe contristado enxovalhado, como de há tanto vem ocorrendo nesta República, mais essa posição imperial, nascida dos mandarins tecnoburocráticos da República que, mais uma vez, voltam-se contra os verdadeiros interesses da Nação brasileira.

Aqui, muitos Srs. Prefeitos do norte fluminense, do Estado do Rio fazem-se presentes, como certamente a representação dos Estados do Espírito Santo, de Alagoas, de Sergipe, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Pará e da Bahia. Em certo ponto, os Vereadores do norte fluminense, num documento muito bem sintetizado e enxuto, transcrevem esta dinâmica realidade: "A região norte fluminense é considerada a mais pobre do País, tendo sido registrado pela ONU como a menor renda *per capita*, com uma potencialidade enorme, faltando apenas recurso para seu desenvolvimento. Esperava que na exploração do petróleo na sua orla marítima pudesse desenvolver seu potencial, responsável pela maior produção de petróleo do Brasil, ou seja, 54%, têm recebido somente ônus, quando deveriam receber benefícios".

Esta é uma triste realidade, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Leite — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO DUQUE — Ouço, com muita satisfação, V. Ex^a nobre Deputado Jorge Leite.

O Sr. Jorge Leite — Deputado Hélio Duque, acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Ex^a sobre o veto presidencial a esse projeto que é, antes de tudo, um dever do Governo Central deste País atender às legítimas reivindicações dos Estados que têm a sua produção de petróleo, assegurando um lugar de destaque à PETROBRÁS, que cresce a cada dia sua produção. Vemos ainda, nobre Deputado, quando especialmente falando do Estado do Rio de Janeiro, um Estado fusionado pela Lei Complementar nº 20 sem audiência de um plebiscito, sem o povo ser ouvido, um Estado que sofre evidentemente a discriminação nessa lei que, apesar de tudo, não tem o mesmo tratamento criado como foi o Estado do Mato Grosso do Sul. Lá, tivemos apenas 4 anos de assistência com base na Lei Complementar nº 20, quando do fusão dos dois Estados. Novamente agora, vetando ainda essa vez as legítimas aspirações não só do Estado do Rio, como bem diz V. Ex^a, mas de todos os demais Estados que produzem, com sua plataforma continental, a grande distribuição de petróleo, o Estado do Rio colocado nesse índice que a cada

dia cresce mais, mas cresce na produção e diminui na participação. Estamos aqui, nobre Deputado, assistindo mais uma vez a indiferença do Governo, sabendo este Governo que não pode continuar dando este tratamento que vem dando aos demais Estados da Federação; sabendo que não pode continuar discriminando aqueles que são responsáveis pelo crescimento econômico de toda esta Nação; sabendo que nós aqui estamos neste Congresso, reunidos, para derrubar o veto presidencial, são legítimos todos os movimentos que se faz para trazer a esta Casa aqueles que, como nós, Vereadores, Prefeitos, Deputados Federais, Senadores e o povo em geral, lutam para que possamos melhor participar da riqueza nacional, para que se possa lutar contra a má distribuição da renda deste País, para alertar esta Nação, pois, não é mais possível conviver com o Governo que centraliza, e a centralização, hoje, é uma demonstração do antifederalismo. Na verdade, Deputado Hélio Duque, faz V. Ex^a uma explanação brilhante e magnífica e nós, do Estado do Rio, juntamente com os companheiros de outros Estados, representando as vozes legítimas de Vereadores e Prefeitos, do povo em geral, não só do Estado do Rio, que me honro em pertencer a sua Bancada Federal, queremos dizer a V. Ex^a que o raciocínio que desenvolve dessa tribuna, mostrando os erros, a insistência do erro deste Governo em manter, mais uma vez, o veto a uma das mais legítimas aspirações do povo brasileiro. Haveremos de restabelecer esse direito, se não agora com o atual Governo, com o futuro Governo que terá à frente o ilustre brasileiro Tancredo Neves.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu discurso. Mas diria que o olímpico desprezo que a realidade tecno-burocrática que aí está tem em relação à autonomia dos Estados e dos Municípios é tal maneira que, hoje, a Federação é ficção e os Municípios vivem a realidade de uma falência permanente. Eis que, se até o imposto inter-vivos que é uma responsabilidade direta dos Municípios, sempre sendo assim ao longo de toda a vida republicana, o que nós vemos e entendermos hoje é a realidade de que a Reforma Tributária desde tanto tempo almejada ela é sonegada, e veja V. Ex^a o que ocorre. Hoje os Srs. prefeitos que estão aqui sabem que têm de direito, como receita pública de apenas dois tributos; o IPTU e o ISS. Enquanto a receita pública de um município nos Estados Unidos...

O Sr. Jorge Leite — Por enquanto, Deputado.

O SR. HÉLIO DUQUE — ...vem a ser da ordem de 44%, na Itália de 34%, na França de 38%, na Alemanha Ocidental de 41%, no Brasil é de apenas 1,8%. Então um Governo que assim age, age com muita coerência quando vota um projeto da dimensão deste que estamos aqui, agora, fazendo essas considerações. Vamos, ao final, Sr. presidente, formular a sugestão que melhor consulta aos interesses destes Estados e Municípios produtores.

O Sr. Márcio Macedo - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO DUQUE — Ouço com satisfação o nobre Deputado Márcio Macedo.

O Sr. Márcio Macedo — Meu prezado Líder Hélio Duque, já tive oportunidade, na sessão da Câmara, de manifestar meu ponto de vista, mas queria primeiro congratular-me com o pronunciamento de V. Ex^a, feliz como sempre em suas colocações. E também fazer uma revelação aqui, porque o que estamos ouvindo, inclusive de alguns Parlamentares do PDS, é de que este projeto teria sido vetado pelo Presidente da República, porque iria beneficiar o Governo do Sr. Leonel Brizola. Eu custo inclusive a acreditar que isso realmente seja procedente, mas são tão grandes os absurdos que têm acontecido neste país, são grandes as incoerências, as injustiças por parte do Governo Federal que começamos até a admitir que isso seja verdade. Uma questão eminentemente pessoal de prejudicar todo o Estado e prejudicar outros Estados, enfim, prejudicar a dezenas, a centenas de Municípios.

pios, isso é profundamente lamentável. Espero que um Líder, no Caso do Partido do Governo, venha a se pronunciar de maneira categórica para evitar que esse tipo de comentário continue, principalmente aqui no Plenário do Congresso Nacional, e que reputo como um grande absurdo. Terminando, renovo aqui a minha alegria de ver V. Exª na tribuna, mais uma vez brilhando em defesa de uma tese que atende necessariamente à aspiração do povo brasileiro.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço a generosidade das palavras que sei não ser delas merecedor, mas credito à estima muito profunda que nos une.

À respeito da discriminação, nominalmente, em relação ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, que V. Exª, Deputado Márcio Macedo, veio neste oportuno aparte denunciar, efetivamente, se isso estiver ocorrendo é algo que nos choca a todos e que demonstra a mesquinhhez, a pequenez de pigmeu daqueles que ocupam o Palácio do Planalto nesta República.

O Sr. Amadeu Gears — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HÉLIO DUQUE — Ouço com satisfação o Deputado Amadeu Gears.

O Sr. Amadeu Gears — Deputado Hélio Duque, é irrepreensível, mais uma vez, o pronunciamento de V. Exª, porque caminha numa linha de pensamento que explicita bem o que seja a realidade político-institucional brasileira gerada pela Revolução, nesses últimos 20 anos. Tudo é da competência exclusiva do Executivo, essa hipertrofia que foi imposta para macular o princípio mais sagrado do que seja o Poder Legislativo. Digo, ao iniciar, que estou solidário às palavras de V. Exª e com esse pleito magnífico dos Estados que são atingidos por essas medidas que ferem seus interesses. Quero, paralelamente, Deputado Hélio Duque, lembrar a V. Exª que o Paraná reivindica, há muitos anos, o ressarcimento dos prejuízos causados pela ação do Poder Central que, ao construir, lá, hidrelétricas gigantescas, como Itaipu muitas vezes roubada nossa economia as terras mais férteis deste País, sem que se disponha à indenização justa ao nosso Estado, por essa perda. Governo tão pródigo no acobertamento de falcaturas, e também no acobertamento de atos de corrupção lesivos, em excesso, aos cofres públicos, tem sido este Governo, também, o primeiro a se negar reconhecer o direito do Paraná dessa indenização pelas terras que perdeu, sem contar com o problema social gerado pelo reassentamento daqueles que, trabalhando na agricultura, são obrigados a procurar as grandes cidades, ou ainda, a praticar outro ato lesivo aos nossos interesses, que é o êxodo rural daqueles que expulsos das terras do Paraná, procuram uma nova fronteira agrícola para ali produzir. Também é necessário que tenhamos no conjunto nesta Casa, a mesma visão que temos ante este problema dos *royalties*, tenhamos também para o problema do Paraná nas perdas que acontecem com suas terras e com seu povo.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte de V. Exª.

Situando exatamente em função desta realidade, é que somos autor de um projeto semelhante a este que opera, hoje, na área de energia elétrica, exigindo, por exemplo, sobre esta ciclópica obra que é Itaipu, obra cujo quilowatt já atinge 1.800 dólares, enquanto a nossa COPEL, naquele Estado, constrói hidrelétrica com custo de 900 dólares o quilowatt — numa demonstração do que vem sendo a canalização e o índice de perdularidade em relação ao investimento do dinheiro público neste País. Em defesa do nosso Estado, Deputado Amadeu Gears, já sou autor de um projeto que tramita nesta Casa há quatro anos, voltado exatamente para este objetivo.

Sr. Presidente, falando em nome da Liderança do nosso Partido, falando em nome do Presidente do nosso Partido, Deputado Ulysses Guimarães, com quem há

pouco, ainda, neste plenário conversava, — e sei também que em nome dos demais Partidos da Oposição — Sr. Presidente, solicito...

O Sr. Daso Coimbra — V. Exª me permite um aparte?

O SR. HÉLIO DUQUE — Em seguida, com satisfação, Deputado Daso Coimbra. Permita que conclua este pensamento.

... desde já, que V. Exª com os Parlamentares do Congresso Nacional, como Presidente do Congresso Nacional, marque para o próximo dia 26, que será na próxima quarta-feira, a votação, desta matéria, pelo alto sentido de alcance administrativo, tributário, político, econômico e social que tem, para que todos nos mobilizemos e tenhamos, aqui dentro de 8 dias, a maciça presença dos Srs. Parlamentares, que são eleitos também para legislar e para que compareçam às sessões do Congresso Nacional, e não muitas vezes, com estado latente de agonia, porque a sessão já penetra pelas 20 horas.

Ouço com satisfação V. Exª

O Sr. Daso Coimbra — Nobre Deputado, desde 1974 nós temos abordado esse problema dos *royalties* para a bacia petrolífera submarina. Hoje, com satisfação, queremos dizer que os 10 elementos da Bancada do PMDB do Estado do Rio de Janeiro, que têm tanto interesse nisso, estão presentes aqui nesta Casa, e não será pela ausência deles que deixaremos de votar.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte de V. Exª

Concluo, Sr. Presidente, pedindo que diante desse apelo das Oposições...

O Sr. Jackson Barreto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HÉLIO DUQUE — Com prazer.

O Sr. Jackson Barreto — Eu queria fazer um apelo a V. Exª e aos outros companheiros de posições democráticas, intransigentes defensores dos interesses dos Estados do petróleo, para que lembrassem que seria muito bom que, nesta sessão, aproveitássemos a presença desses companheiros, para votarmos a derrubada do veto, que diminuíssemos um pouco o tamanho dos discursos, porque já sabemos a posição de todos, para então derrubarmos o veto. Era esse o meu apelo e o aparte que formulei a V. Exª, com meu muito obrigado.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte de V. Exª, e concluo porque o Presidente já me adverte do tempo.

O Sr. Wilmar Palis — Mas V. Exª mencionou Deputados do Estado do Rio de Janeiro. O Deputado Wilmar Palis está presente e vai votar, alto e bom som, contra o veto. Trago a palavra aqui, também do Deputado Simão Sessim, que assim me autorizou. Muito obrigado a V. Exª

O SR. HÉLIO DUQUE — Eu é que agradeço o aparte de V. Exª

Concluo, Sr. Presidente, para dizer, sobretudo quando há "galerias", e quando há agonia de Parlamentares desejosos de que a sessão conclua, com o que também concordo, porque hoje, desde a sessão das 11 horas do Congresso Nacional, estou aqui no exercício da Liderança do meu Partido. Não estou na tribuna para fazer nenhum jogo de cena, estou na tribuna para pedir aquilo que já havia formulado a V. Exª Não aceito nenhum tipo e censura, porque nos instantes em que ocupo a tribuna sempre o faço com o fundamento da defesa dos interesses do meu Partido e a defesa dos interesses maiores deste País. (Muito bem!)

Sr. Presidente, concluo pedindo a V. Exª que marque a votação para o dia 26, porque, hoje, aqueles que certamente agoniados, porque extasiados pelo cansaço do fim de noite, querem votar ainda hoje, certamente conhecem

o Regimento e sabem que hoje à noite, aqui, não se votará nada. Mas que votemos na próxima quarta-feira, no dia 26, com intensa mobilização de Deputados e Senadores, esta medida que atende aos fundamentos maiores de integração tributária, que a Nação há tanto tempo reclama e reivindica com justo direito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Antes de dar a palavra ao próximo orador, comunico ao nobre Deputado Hélio Duque que, ao final desta sessão, a Presidência designará a data, e se empenhará, pessoalmente, para que possamos ter o quorum necessário para votar essa emenda.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Aírton Soares.

O SR. AIRTON SOARES (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Apenas para comunicar a V. Exª, Sr. Presidente, que estamos na expectativa dessa nova data. Que seja marcado o dia 26, e que esta Casa se convença de que vai ter oportunidade, depois de 16 anos, pela primeira vez, de rejeitar um veto presidencial. Talvez seja um desafio para esta Casa. Talvez seja um desafio, repito. Vamos encarar como um desafio. Vamos cada um de nós procurar trazer nossos companheiros que aqui não vieram.

Era só o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e até o dia 26! (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Wilmar Palis — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Peço aos nobres oradores que nos ajudem. Nós queremos, hoje, encerrar a discussão. Ao menos encerrar a discussão, se não tivermos número para votar.

Peço, então, aos nobres oradores que sejam breves, para que possamos encerrar a discussão hoje, e ainda hoje possamos marcar um dia para a votação.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, acato e aceito a palavra de V. Exª, porque V. Exª vai dar oportunidade àqueles que se inscreveram para discutir o projeto. Eu me inscrevi e faço questão de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — V. Exª está inscrito e vai usar da palavra.

Concedo a palavra, agora ao nobre Senador Nelson Carneiro, Líder do PTB no Senado.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso). Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Minha palavra será breve. Minha homenagem, inclusive, aos ilustres e dedicados companheiros de Campos, de Cabo Frio, de Macaé, de São João da Barra e de outros Municípios fluminenses e brasileiros que aqui vieram para assistir à votação deste veto.

Quero dizer que esta não é uma reivindicação partidária. Nós precisamos dos votos dos Deputados e Senadores da Oposição, e dos Deputados e Senadores que prestigiam o Governo, porque precisamos de 2/3 do total de Deputados e Senadores. Portanto, devemos colocar a questão no seu nível necessário, indispensável, que é o institucional, que é direito de o Congresso Nacional manter suas deliberações, quando elas são cassadas pelo veto presidencial.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Apenas para corroborar com o que V. Ex^a está dizendo, que os Deputados e Senadores do PDS também estão presentes para votar contra o veto; porque pessoalmente fui o relator da matéria na Comissão Mista, e tive oportunidade, talvez até pela primeira vez, de fazer um relatório chegando a uma conclusão; e qual seria essa conclusão? Votar contra o veto.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Ex^a. Exatamente isso é o que eu queria dizer. O veto só será aprovado por 2/3 de votos contrários, do total dos Deputados e Senadores. As divisões partidárias não devem prevalecer no exame dessa matéria, e é sobre isso que quero fazer um apelo aos nobres colegas. Os problemas políticos, os problemas partidários devem ser afastados, em face dessa justa reivindicação nos Estados e Municípios que produzem petróleo em sua orla marítima.

Já havia feito este apelo ao Sr. Presidente desta sessão, o nobre Senador Lomanto Júnior, que sendo da Bahia também tem o mesmo problema, como o têm vários outros Estados e Municípios do Brasil. Porque essa não é uma reivindicação apenas do Estado do Rio de Janeiro, são vários os Estados, neste País, que produzem petróleo, e até São Paulo que produz também outro produto que será beneficiado por essa lei.

Desse modo, o indispensável é que esqueçamos tudo mais no próximo dia 26.

Aqui renovo o apelo que havia feito particularmente ao nobre Senador Lomanto Júnior, e que acaba de ser, desta tribuna, sugerido, com aplausos gerais, pelo ilustre representante do PMDB, o nobre Deputado Hélio Duque, com o apoio e a concordância de todos os Partidos, apelo esse no sentido de que façamos uma corrente acima dos Partidos, sem a preocupação de saber preferências políticas ou partidárias, numa obra que deve ser do Congresso Nacional, para que o Congresso firme sua posição de independência, reafirmando o voto que deu ao aprovar unanimemente, na Câmara e no Senado, esse projeto que aqui demora há tantos anos.

São estas, Sr. Presidente, as poucas palavras que queria dizer, fazendo um apelo a todos, para que, juntos, derrotemos esse veto, não em favor de um ou outro município, mas principalmente em favor da autoridade, da legitimidade do voto do Congresso Nacional.

Renovo V. Ex^a, Sr. Presidente, o pedido, para que se não for possível, como é evidente, votar hoje esse veto, que o faça no próximo dia 26 do corrente mês.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Antes de passar à Ordem do Dia, quero comunicar aos Líderes, Senador Nelson Carneiro e Deputado Hélio Duque, assim como aos demais Líderes, que a Mesa decidiu convocar, para o dia 26, quarta-feira, às 19 horas, a votação desta matéria. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983 (nº 149/75, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que modifica o art. 27 e seus parágrafos da lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional de Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências", tendo

Relatório, sob nº 14, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PDS — CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Serei breve, mas não podia me omitir na discussão sobre o veto presidencial apostado ao Projeto de Lei nº 149/75, oriundo da Câmara dos Deputados.

Deputado novo, aqui cheguei na convicção de que o Poder Legislativo vivia uma nova fase, e que o reencontro do País com a democracia haveria de levá-lo cada vez mais a se afirmar como um poder independente destinado a zelar pelos legítimos interesses do povo. Não quero me alongar sobre as observações de natureza jurídica, que foram amplamente discutidas, seja no documento preparado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio de Janeiro, seja no bem lançado parecer de autoria do Senador Jutahy Magalhães, na Comissão Mista, que o aprovou por unanimidade. Quero me referir, especificamente, à grave responsabilidade que tem este Poder perante a Nação de defender legítimos interesses do povo brasileiro. Não me move nenhum sentido de estimular qualquer tipo de retaliação entre poderes, mas sim, o de fazer com que cada um possa exercer soberanamente suas atividades. Recordo com emoção, dois pontos altos da sessão legislativa do ano passado, quando esta Casa se afirmou justamente por negar: negou o Decreto-lei nº 2.024 e negou o Decreto-lei nº 2.045, porque eram contrários aos interesses dos trabalhadores brasileiros. Foi naquele momento que ela cresceu perante o conceito da opinião pública, ainda que tivessem feito uma apoteose, o final foi melancólico naquela sessão em que foi negado o reestabelecimento das eleições diretas.

Daí porque o meu apelo, a minha convocação é para que todos nós, indiferentemente de cor partidária ou de qualquer conteúdo ideológico, nos posicionemos com liberdade e com independência, no sentido de fazer com que Estados e Municípios possam ter direito à indenização justa pela exploração do petróleo na plataforma continental, a exemplo do que já foi contemplado em legislações passadas seja para atender erros burocráticos do Ministério de Minas e Energia ou do Conselho Nacional de Petróleo — e que esses recursos sejam agora canalizados para os Municípios e os Estados, para que se possam ressarcir daqueles danos causados pela exploração do petróleo na plataforma continental.

Para ser breve, concluo minhas palavras, dizendo que confio no espírito de independência desta Casa, que vai se afirmar por ter legislado, já que o projeto foi oriundo da Câmara dos Deputados, e por negar, por desautorizar o veto presidencial que contraria os interesses dos Estados e Municípios, que não tem respaldo na ordem jurídica vigente, como ficou muito bem esclarecido no parecer do nobre Senador Jutahy Magalhães. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como Estado diretamente interessado na derrubada deste veto, queremos declarar que, com muita honra para nós e outros honrados companheiros, nós do Estado do Rio de Janeiro, estamos presentes aqui para derrubar com o nosso voto este veto que é, acima de tudo, um veto até odioso, apostado pelo Senhor Presidente da República.

Foi citado aqui, por diversos oradores, que a Bancada do Estado do Rio de Janeiro deveria estar aqui presente. Eu não posso responder pela Bancada inteira mas, por alguns companheiros que assim me delegaram, posso dizer, como o Deputado Hamilton Xavier e o Deputado Simão Sessim, e também outros que no dia 26 deverão estar aqui neste Plenário do Congresso para a derrubada do veto apostado a este projeto de lei, especialmente no que se refere ao art. 27, determinando sua modificação para

"A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização de 4% aos Estados e 1% para os

Municípios sobre o valor do óleo do xisto betuminoso e do gás extraído das áreas onde se fizer a lavra do petróleo. As áreas correspondem aos seguintes Estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Bahia."

Portanto, Sr. Presidente, em meu nome próprio e em nome de honrados companheiros, queremos dizer que vamos derrubar este veto do Presidente da República. É um veto do ódio, é um veto contra esses Estados que têm de ter seus 5% sobre o valor da extração do óleo e seus derivados.

Esta é uma jornada que não é de nenhum Partido. Esta não é uma jornada privativa de Deputados do PMDB, do PT, do PDT ou do PTB, mas é também de todos os Deputados do PDS que têm o dever indeclinável de aqui estarem presentes para a derrubada deste veto. Os Deputados do PDS que assim não o fizerem estarão contra seu próprio Estado. Esta é uma verdade irretorquível. Nós não podemos cercear o carreamento de recursos para que estes Estados se desenvolvam, já que nas suas plataformas continental e submarina é feita a extração do petróleo e seus derivados. Cada Deputado tem de ter o dever cívico, patriótico, consciente de aqui comparecer e derrubar o veto do Presidente da República ao art. nº 27.

É o chamamento que fazemos com toda a candência, mas acima de tudo, como dever indeclinável daqueles que juraram, eleitos pelo voto do povo, aqui defender este mesmo povo.

O Deputado ou o Senador que, colhendo os votos nas eleições, fuge de seus compromissos, de suas obrigações inalienáveis, está cometendo atos contra este mesmo povo a que jura defender quando precisa do voto.

Não temos de temer Presidente da República, não temos de temer Poder Executivo, não temos de temer nada, a não ser o peso da consciência daqueles que traem o voto ao pedi-lo em praça pública, ao pedi-lo nas eleições e que depois, se esquecem desses mesmos pedidos, desses mesmos compromissos firmados com o povo brasileiro, cada um nos seus Estados.

Estaremos aqui, mercê da vontade de Deus, da saúde que Deus nos dá, com a garra que Deus nos permite, para declarar alto e bom som contra o veto apostado pelo Senhor Presidente da República e, por isso mesmo, estaremos representando aqui o nosso Estado do Rio de Janeiro ao lado de outros valorosos companheiros que, temos certeza, não faltarão a esse dever indeclinável de no dia 26, quarta-feira, aqui na sessão deste mesmo Congresso Nacional, comparecerem em massa para, com seu voto, darem sua participação nos 2/3 indispensáveis para a derrubada do veto do Senhor Presidente da República.

Concluo, Sr. Presidente, ..

O Sr. Darcy Passos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. WILMAR PALIS — V. Ex^a não pode pedir pela ordem. Há um orador na tribuna, nobre Deputado Darcy Passos, meu indeclinável amigo, meu companheiro. Se o nobre Deputado Darcy Passos desejar, com muita honra eu lhe darei um aparte. Não há questão de ordem quando há um orador na tribuna.

Prossigo, Sr. Presidente, vou dar ao nobre Deputado Bocayuva Cunha, oportunidade também de falar.

O Sr. Bocayuva Cunha — Eu estou inscrito, nobre Deputado, só estou esperando que V. Ex^a acabe seu magnífico discurso, para eu subir à tribuna.

O SR. WILMAR PALIS — Eu sou democrata, vou concluir, porque quero que todos tenham sua participação. Desejo que cada um possa usar da tribuna, para corresponder, com sua ação, à confiança que o povo lhe delegou pelo voto.

Concluo, Sr. Presidente, rebatendo ostensivamente, não sem respeito, evidentemente, aqueles oradores que

levantaram aleivosias, aqui desta mesma tribuna, aleivosias que rebatemos, de plano, de que os Deputados do Estado do Rio de Janeiro não estavam em plenário para votar contra o veto. Quero rebater essa aleivosia. Fica consignado nos Anais do Congresso Nacional, que essas assacadihas não podem abranger o todo da Bancada. Porque nunca faltamos aos nossos compromissos nesta Casa, nunca faltamos às votações sejam elas fundamentais, primordiais ou sejam até de interesse menos principal. Nós sempre estamos presentes com a vontade e, aquela garra de querer servir ao povo que nos mandou aqui a este Congresso para representá-lo e procuramos fazê-lo da melhor forma possível. Aqueles companheiros que não estiveram presentes, hoje, eu os concito, eu os conclamo, eu faço o chamamento para que não faltem no dia 26, votando contra o veto do Senhor Presidente da República, para que essas assacadihas, hoje aqui, feitas, não passem de assacadihas, em verdade, primordiais que chocam, que doem e que não podemos conceber que isso venha a se verificar.

Senhor Presidente da República João Figueiredo, quero declarar a Vossa Excelência, desta tribuna e em mensagem direta da minha fala, que eu, Deputado Wilmar Palis, vou votar contra o veto de Vossa Excelência. E peço aos companheiros do Estado do Rio que votem todos unânimes contra o veto que tira do Estado do Rio de Janeiro 5% sobre o valor da extração do óleo, do xisto, do gás e de seus derivados, que é um direito inalienável de cada Estado, onde se faz extração do óleo nas plataformas continentais e submarinas. Contra o veto, é o nosso voto.

Muito obrigado a V. Exª (muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayúva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Desejo, inicialmente, fazer o registro aqui de alguns telegramas que recebi. Aliás, um telegrama, indiretamente, que é ligado à questão dos *royalties* do petróleo, mas eu não posso deixar de dar conhecimento dele. É telegrama do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo, em Campinas, Paulínia, protestando contra a transferência do Engenheiro Jorge Eduardo Nascimento. O telegrama diz o seguinte:

Telegrama
Bocaiuva Cunha Líder do PDT
Câmara dos Deputados Praça dos Três Poderes
Brasília/DF

Protestamos contra transferência engenheiro Jorge Eduardo Nascimento, por denunciar falta de segurança na plataforma Enchova, onde morreram 37 trabalhadores. Foi um ato fascista que demonstra desinteresse direção petrobrás em apurar sucessivas tragédias de que são vítimas seus empregados, a população brasileira e nosso meio ambiente. Com cópias Ministérios Trabalho, justiça, lideranças partidárias, direção petrobrás e Presidência República.

Salvador Antônio Botteon Presidente Sindipetro
Campinas/Paulínia

Isto, Sr. Presidente, é um pouco do exemplo que nós, do Estado do Rio de Janeiro, recebemos com essa dádiva que temos, lá de ter uma riqueza enorme. São mortos; são pessoas que morrem, que se acidentam, e este é o benefício que temos pelo fato de existir petróleo em nossa costa.

Mas recebi também um telegrama do Presidente da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro, engenheiro Affonso Canedo, dizendo o seguinte:

Telegrama
Deputado Luiz Fernando Bocayuva Cunha
Câmara dos Deputados
Brasília/DF

A sociedade dos engenheiros e arquitetos do Estado do Rio de Janeiro SEAERJ vem manifesta a V.

Exciª o seu total e incondicional apoio a rejeição pelo Congresso Nacional do veto do Presidente da República ao Projeto do pagamento de "Royalties" sobre petróleo plataforma submarina, aos Estados e Municípios

Affonso Canedo — Presidente SEAERJ

Recebi também um telegrama do clube de Engenharia.

Telegrama
Deputado Bocaiuva Cunha
Câmara dos Deputados
Brasília/DF (70160)

Caro Deputado VG segue abaixo texto telegrama enviado Presidente Congresso ET Liderança Senado ET Câmara PT Clube Engenharia Apela V. Exciª apoiar rejeição veto Presidente pagamento Royalties petróleo, medida justiça resgate Estados Produto. Atenciosamete Matheus Schnaider, Presidente. Abraço M Schnaider

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença, hoje, aqui, do ex-Deputado Walter Silva. É com profundo pesar que não o vejo aqui nesta tribuna. S. Sª tinha todo o direito de aqui estar, porque foi o único fluminense signatário do projeto que aprovamos, tanto na Câmara como no Senado. Portanto, rendo minhas homenagens ao ex-Deputado Walter Silva, do PMDB de Campos, que infelizmente não está aqui, repito, mas está acompanhando uma delegação de Vereadores de Campos, composta de Adauto Gomes, Hermeny Coutinho, Benedito Marques, Roberto Ribeiro e o nosso companheiro de Partido, Fábio Ferraz. De Macaé, a Vereadora Marilena Garcia Assis, que é a Presidenta do Movimento Pró-royalties, do Vereador Alvaír Silva Benjamim, Rui Sérgio Ribeiro Barbosa, Augusto Veloso de Assis e do Jornalista Oscar Pires de O Debate. E também de uma delegação de Vereadores de São João da Barra, composta dos Vereadores Amaro Bomgosto e Cláudio Márcio Gomes Márcio.

Fica feito o registro da presença desses expressivos representantes do povo dos Municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Faria um apelo para que também viessem aqui, no dia 26, representantes dos Municípios dos demais Estados produtores. Não podemos esquecer que se o Estado do Rio tem a parte do Leão, também o Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará e Bahia também vão receber os benefícios desta lei. Era preciso que houvesse uma mobilização dos Srs. Deputados coordenadores das Bancadas desses Estados para que a Câmara Municipal dos Municípios beneficiários se fizesse presente aqui, no dia 26.

Finalmente, quero fazer uma referência à Comissão Mista, da qual fui Presidente que, como disse aqui, em aparte o Senador Jutahy Magalhães, inovou em matéria de relatório sobre veto, porque resolvemos, Sr. Presidente, concluir. Em geral, a Comissão Mista não conclui, a Comissão Mista faz um relatório aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores, ao Congresso Nacional. A nossa, não. A nossa disse expressamente o seguinte, e por unanimidade:

“A Comissão deliberou, por unanimidade, adotar o Relatório do Senador Jutahy Magalhães: resolveu, também, assumir uma posição contrária ao veto, e, portanto, a favor do projeto aprovado pelo Congresso Nacional.”

Quero dizer, finalmente, Sr. Presidente, e espero que isso não seja levado como um insulto, como uma malquerença pessoal que, acho, nós desaprendemos de fazer política. Quando a gente tem alguma divergência política, os nobres colegas, Deputados e Senadores, tomam isso como se fosse uma coisa pessoal, mas não tem nada de pessoal, a divergência é política. Como eu desejo que

aqui estejam presentes, no dia 26, todos os que faltaram, eu requeri à Mesa do Congresso Nacional, e me foi fornecida, a relação dos Deputados de todos os Partidos, inclusive do meu, que hoje estão ausentes, vou me permitir ler essa relação a fim de que isto sirva para que eles saibam que o País vai tomar conhecimento dessa ausência e, assim, estejam aqui presentes no dia 26. Faltaram à sessão de hoje os seguintes Deputados do Rio de Janeiro: Deputados Agnaldo Timóteo, Alair Ferreira, Álvaro Valle, Darcílio Aires, Eduardo Galil, Jorge Cury, Lázaro de Carvalho, Léo Simões, Marcelo Medeiros, Rubem Medina e Valter Casanova.

Peço a esses nobres colegas que faltaram para que estejam aqui presentes no próximo dia 26. Digo mais, o último dia nosso não é o dia 26, o último dia é o dia 3.

De modo que, complementando o que aqui se falou, se por acaso tivermos número no dia 26, para derrubar este veto — e é preciso repetir aqui o que foi dito pelo nobre Líder do PT, há 18 anos não se derruba um veto nesta Casa — essa será uma data histórica.

Faço um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, faço um apelo ao nobre Senador Lomanto Júnior para que, desde já, tome providências, em nome da Mesa, para que se, por um acaso, não for rejeitado o veto no dia 26, marque uma nova sessão para o dia 3 e que não marque uma, marque mais de uma, marque, por exemplo, uma sessão matutina e uma noturna, para dar tempo suficiente a todos os Srs. Senadores e Deputados, que realmente se interessam pelas questões importantes do seu Estado e Município, estarem presentes aqui.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Deputado Bocayuva Cunha, antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero dizer a V. Exª que a Presidência vai manter a data do dia 26, e tenha certeza, V. Exª de que, se estivermos na Presidência da Mesa no dia 26, marcaremos outra sessão para o dia 3.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Agradeço a V. Exª, muito embora tenha esperança de que, com este esforço que vamos fazer, no dia 26 tenhamos número para derrubar este veto.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Câmara

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB — RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Serei breve em minhas palavras, até por que, mesmo sendo advogado, dediquei-me mais à política e não seria eu quem iria incursionar no Direito Constitucional.

Sr. Presidente, o Rio Grande do Norte é o terceiro produtor de petróleo do Brasil. Dos 10 Estados que produzem petróleo hoje, neste País, o pequenino Rio Grande do Norte é o 3º produtor desta Nação. Eu participei com o Deputado Antonio Florêncio, também do Rio Grande do Norte, da Comissão de Economia, onde foi aprovado, por unanimidade, este projeto. Ele teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, foi ao Senado e também aprovado, veio à Comissão-Mista onde realmente se fez o relatório. Como bem disse o Deputado Bocayuva Cunha, ela resolveu também por unanimidade ser contrária ao veto, portanto favorável a aprovação deste projeto.

Sr. Presidente o que representa a participação dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, o que representa para o Rio Grande do Norte, se este projeto for aprovado talvez, represente, Sr. Presidente, 30% a mais do orçamento do Estado, se este projeto for aprovado. E mais, Sr. Presidente, nós, sobretudo os dos Estados produtores, recebemos todos os dias, nos nossos gabinetes, telegramas, ofícios, requerimentos e aqui não vou cansar os meus nobres colegas Deputados e Senadores, mas pelo menos registro o requerimento da Câmara Municipal de

Macau, Município produtor do Rio Grande do Norte, em que solicita não só à Bancada Federal do Estado do Rio Grande do Norte, mas a todos os membros do Congresso Nacional, a derrubada deste veto presidencial. Então Sr. Presidente, numa hora como esta, e eu não digo nem só de afirmação do Congresso Nacional, numa hora em que a Câmara e o Senado se debruçaram sobre a constitucionalidade de lei — e que sabemos que não é este o objetivo — talvez não seja este o fim, apenas, em que foi arrimado o veto presidencial de que esta matéria é inconstitucional. Não quero crer, Sr. Presidente, mas o País inteiro comenta que o objetivo principal, de que o fim a que se destinou esse veto, foi para que o Governo do Estado do Rio não tivesse mais essa receita. Não entro nesse aspecto, Sr. Presidente. O que quero dizer, o que faço ver ao Congresso Nacional é que, uma vez por todas, ele tenha essa oportunidade de se afirmar perante a Nação brasileira, para que possamos derrubar este veto e oferecer aos Estados, Municípios e Territórios essa receita que é de direito e de justiça.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Como último orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Florêncio.

O SR. ANTÔNIO FLORENCIO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. congressistas:

O Projeto 149/75, que durante 9 longos anos percorreu estas duas Casas do Congresso Nacional foi talvez o projeto que tenha tido maior número de unanimidades nesta Casa. Foi aprovado em todas as Comissões por unanimidade; foi aprovado na Câmara dos Deputados, por unanimidade; foi aprovado em todas as Comissões do Senado, por unanimidade; foi aprovado pelo Senado Federal, por unanimidade.

Sr. Presidente, foi enorme a surpresa para todos nós, quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República vetou esse projeto, o qual já havia recebido manifestações do próprio Ministro de Minas e Energia a favor de sua adoção; havia recebido igual manifestação do Presidente da PETROBRÁS e havia, na realidade, um consenso em relação à sua legitimidade. O estorrecimento maior foi o motivo do veto: inconstitucionalidade. É quase incrível que tal motivo fosse alegado para o veto de um projeto de tamanha importância para tantas Unidades da Federação.

Hoje, encontramos-nos num impasse. Sabemos perfeitamente que este não deve ser o motivo e a Comissão que apreciou este veto também deu, por unanimidade, sua rejeição ao mesmo. Por conseguinte, este projeto recebeu unanimidade do dia em que entrou até contra o veto do Senhor Presidente da República.

É este o apelo que fazemos aos Srs. congressistas, em particular os representantes dos Estados beneficiados, porque a 26, quando novamente este veto será submetido ao Congresso Nacional, nós temos certeza de que todos os companheiros aqui estarão para votar contra este veto, devolvendo aos Estados e Municípios aquilo que conseguiram no Congresso Nacional, através dos seus representantes que tiveram bastante tempo para meditar e estudá-lo. Assim, tenho certeza, Sr. Presidente, de que no dia 26 do corrente mês, V. Ex.^a novamente o submeterá à apreciação das duas Casas do Congresso Nacional e o projeto receberá sua aprovação, com a rejeição unânime do veto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Era isso que eu tinha a dizer. (muito Bem.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Não há mais oradores inscritos.

Encerrada a discussão do projeto, fica marcada uma nova reunião para à apreciação do veto no próximo dia 26 às 19 horas.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse **quorum**, deixa de ser procedida a votação.

O Sr. Jackson Barreto (PMDB — SE) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex.^a, dada a evidência falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É regimental o requerimento de V. Ex.^a Efetivamente não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

Antes de encerrar a presente sessão, nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 45 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 38 e 40, de 1984-CN (10ª Sessão); e das Mensagens Presidenciais nºs 61 e 62, de 1984-CN (1ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 40 minutos.)

Ata da 273ª Sessão Conjunta, em 18 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 20 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Leonor Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossê Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leonidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José

Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingit Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos —

PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Virgildácio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brândão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Giulio Caruso — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Ulisses — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Israel Dias-Novaes — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Borges — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gears — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cassido Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Floriano Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaca — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB;

Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 282 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR — Para questão de ordem. Sem revisão do orador.)

Sr. Presidente, é óbvio — não contrariando o que afirma V. Exª — nos prédios do Congresso Nacional há um número suficiente certamente de Srs. Deputados e Srs. Senadores, que reafirma exatamente o enunciado desta sessão. Contudo, como temos deliberação da maior importância aqui no plenário e como há o flagrante desrespeito entre a presença dos Srs. Deputados e Senadores nesta reunião do Congresso Nacional e o que estabelece o Regimento Comum da Casa, peço a V. Exª que, pela evidente falta de número, suspenda a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Eu vou decidir a questão de ordem do nobre Deputado Hélio Duque, mas antes vou convocar uma sessão ...

O Sr. Wilmar Palis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É sobre o mesmo assunto?

O Sr. Wilmar Palis — Não, Sr. Presidente, é sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nobre Deputado Wilmar Palis, o Deputado Hélio Duque já pediu a palavra pela ordem, e eu tenho que cumprir o regimento. A sessão não pode continuar, porque não há número regimental conforme assinalou o nobre Líder do PMDB. Terei que convocar outra sessão imediatamente, e encerrar a presente sessão.

O Sr. Wilmar Palis — Perfeito.

Então, eu quero, apenas, consignar a minha presença no plenário. Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está consignada.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Mensagem Presidencial nº 67, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.116, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre Cr\$	3 000,00
Ano Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre Cr\$	3.000,00
Ano Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70 160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

- O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização? — *Senador Fernando Henrique Cardoso*
- A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica — *Senador Nelson Carneiro*
- O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior — *Senador Aderbal Jurema*
- A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática — O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
- História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
- O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
- Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhet*
- Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
- A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
- Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
- O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
- Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
- Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
- Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
- O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras — *Washington Peluso Albino de Souza*
- O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
- O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Sumário do Suplemento Especial — “Integração na América Latina”:

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*

Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*

O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*

Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*

Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

CÓDIGO PENAL

(anotado)

2ª edição — 1982

- **Texto vigente do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-40, com todas as alterações)**
- **155 notas explicativas**
- **Minucioso índice temático**

386 páginas

Preço: Cr\$ 1.500,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00